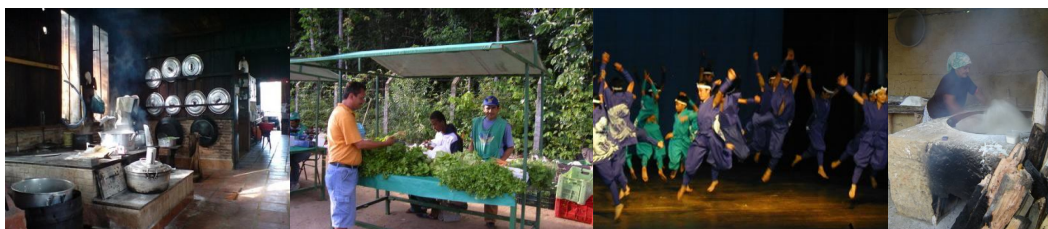


**CONSELHO NACIONAL PARA O
DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA – CNPq**

RELATÓRIO TÉCNICO CIENTÍFICO



**CONSTRUINDO (U)TOPIAS: PRODUÇÃO
COLETIVA E COMUNITÁRIA E OUTRAS FORMAS
DE ORGANIZAÇÃO ALTERNATIVAS PARA A
PRODUÇÃO CAMPONESA NO SÉCULO XXI**

BENEFICIÁRIA: PROFA. DRA. VALERIA DE MARCOS

DEPTO. GEOGRAFIA FFLCH USP

PROCESSO N°486024/2006-7



consequência também da sociedade – colocava em discussão não apenas a teoria naturalista da evolução das espécies de Darwin como também a concepção e valorização da luta de classes e da luta pela conquista do poder como o motor da sociedade.

Ao dar valor positivo às manifestações de solidariedade entre os homens, e não à luta de classes como entendida, por exemplo, por MARX, KROPOTKIN considerava que o verdadeiro objetivo da luta política – cuja existência ele admitia – devia ser a definitiva eliminação do fenômeno de formação das classes e a sua substituição com a unidade do grupo regido pelo apoio mútuo e não a substituição de uma classe no poder por outra. É desta tese que nasce a proposta de organização territorial da nova sociedade em comunas autogeridas destinadas a federarem-se entre si, dando origem a vastas uniões voluntárias. Os eventuais grupos existentes no interior das comunas seriam ligados entre si por laços de ajuda recíproca com o objetivo de satisfazer as necessidades da sociedade. Segundo KROPOTKIN, a democratização dos processos decisoriais que teriam ocorrido no interior das comunas – caracterizada por um alto nível de participação dos indivíduos – teria sido a garantia para assegurar uma efetiva correspondência entre necessidades e ações coletivas aptas a satisfazê-las⁷.

É neste quadro de referência que devem ser compreendidas e estudadas as experiências de produção coletiva e comunitária colocadas em prática por estas duas correntes.

3 A PRAXIS ANARQUISTA OU “UMA SOCIEDADE ANARQUISTA É POSSÍVEL”

As experiências desenvolvidas no interior do movimento anarquista, ainda que empenhadas com a transformação da sociedade, tinham o objetivo de provar a viabilidade das propostas que eram apresentadas e discutidas em sede teórica.

⁷ Segundo KROPOTKIN, as necessidades dos indivíduos são uma consequência do desenvolvimento cultural do homem e das situações evolutivas que tal desenvolvimento determinam. Sendo assim, estas dependiam dos vários condicionamentos aos quais o homem estava sujeito na vida.

É nesta perspectiva que devem ser entendidas a realização da experiência de produção comunitária realizada pela Colônia Cecilia, em Palmeira-PR e aquela de produção coletiva realizada pelos coletivos espanhóis durante a Guerra Civil, somente para citar dois exemplos entre os mais significativos. Vivia-se naquela época, sobretudo no período de realização da Colônia Cecilia, um momento de urgência por mudanças e tentava-se colocar em prática, na forma mais radical possível, o princípio da liberdade, um dos pilares fundamentais do movimento anarquista. Foi com este espírito que se passou à *praxis anarquista*.

Cecilia marcou o coroamento de um percurso longo e difícil traçado por Giovanni ROSSI, seu idealizador. ROSSI começou a perseguir a realização do comunismo anarquista aos vinte anos, ao escrever sua utopia *Un comune socialista*, onde descrevia uma propriedade localizada em um povoado imaginário situado em Livorno, na Itália, após a sua conversão em comunismo anarquista. De lá até o fim da sua vida perseguiu a realização de tal ideal, através: de apelos para a realização de uma colônia socialista na Itália, lançado várias vezes em jornais anarquistas; da difusão de idéias socialistas durante o tempo em que exerceu sua profissão de veterinário em Gavardo, no norte da Itália; da veiculação de suas idéias em defesa do experimentalismo através do jornal por ele criado, «Lo Sperimentale»; da realização da Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Cittadella, também no norte da Itália, experiência que adquire um caráter de cooperativa e que não consegue transformar em colônia socialista até, finalmente, a realização de Cecilia, a colônia socialista que tanto quis colocar em prática, em Palmeira, no Paraná.

Cecilia pressupunha a aceitação do moto da produção comunitária: **de cada um de acordo com as suas possibilidades e a cada um de acordo com as suas necessidades**. O objetivo de ROSSI era experimentar a vida em comunismo anarquista, sem leis, sem propriedade privada, e com livre acesso de todos aos frutos da produção, para provar se esta, na prática, era ou não possível. Para sua realização travou intensa polêmica com expoentes do movimento anarquista italiano, em especial com MALATESTA. Convicto de que era preciso partir para a prática e não havendo conseguido encontrar espaço para a realização desta experiência em sua terra natal, ROSSI decidiu partir

para o Brasil com um grupo de italianos anarquistas, em fevereiro de 1890, para realizar a experiência da vida em comunismo anarquista. É desta trajetória de busca de realização do anarco-comunismo que trataremos a seguir.

3.1 GIOVANNI ROSSI e a Colonia Cecilia

3.1.1 Giovanni Rossi: vida e idéias

“É um homen honesto o quanto pode ser um pagão, filantropo o quanto pode ser um epicuro que busca o bem estar privado; tenta fazer o bem também aos outros privando-se, se necessário, também do próprio para diminuir a miséria dos outros; materialista nega a espiritualidade da alma e assim por diante com todos os péssimos princípios da civilização moderna”⁸

Nascido em Pisa em janeiro de 1856, Giovanni Rossi era o primogênito de outros cinco irmãos de uma família média burguesa. Inscreveu-se no curso de medicina veterinária junto à universidade pisana⁹, diplomando-se em 1875. O contato com o mundo universitário deu à sua orientação política um recorte marcadamente revolucionário: Rossi aderiu à seção pisana da Internacional, fundada alguns anos antes da conclusão de seu curso, fato que lhe rendeu muito cedo um enquadramento na polícia como elemento *perigoso e subversivo*¹⁰

Depois da imprevista morte de seu pai, ocorrida em 1875, Rossi transferiu-se a Montescudaio, próximo a Cecina, para dedicar-se às terras de propriedade da família, sem, porém, renunciar à atividade política. De fato, datam deste período as colaborações com importantes jornais anarquistas, entre eles o «Plebe»; o início dos contatos com Andrea Costa, que teriam depois tido importantes desenvolvimentos; a fundação e direção de uma “seção” da

⁸ Carta escrita por don Bonomelli, padre de Gavardo a don Brunelli, bispo de Cremona, publicada por A. FAPPANI in *Gabriele Rosa fra democrazia e socialismo*, in «Commentari dell'Ateneo di Brescia», 1965.; cfr. também ID., *Un anarchico a Gavardo*, in «La voce del popolo», 19 aprile 1969.

⁹ De acordo com GOSI ele terminou seus estudos junto à Escola Normal Superior Agrária.

¹⁰ De acordo com GOSI, nos anos de universidade Rossi ligou-se por amizade a Gustavo Berton, um jovem veneto conhecido na polícia como “membro da sociedade Internacional” e “promotor da Associação Universitária”. Mais tarde, Rossi lhe prestará uma homenagem nas páginas de *Um comune socialista*.

Internacional em Montescudaio¹¹. Tudo isto fez com que Rossi fosse constantemente vigiado pela polícia pisana. Apesar disso, ele conseguiu desenvolver um amplo trabalho político que alcançou inclusive a capital da Província.

Paralelamente ao empenho político, Rossi prosseguia, neste mesmo período, uma pesquisa científica, testemunhada em numerosos artigos e publicações, para obter um trabalho como médico veterinária e um cargo universitário: seja um que outro objetivos foram impedidos ao anarquista em pelo menos duas circunstâncias, devido à intervenção negativa das autoridades (GOSI, 1977, p. 09).

O ano de 1878 foi para ele muito importante. Em fevereiro daquele ano, com o pseudônimo de CARDIAS¹², publica no jornal «Il Lavoro» o artigo *Del collettivismo*. Sempre com o pseudônimo de CARDIAS, Rossi publica no verão daquele ano também o livro *Un comune socialista*, onde

expõe pela primeira vez o seu programa para a realização de uma colônia coletivista anarquista. No livro são descritos o nascimento e a estruturação de uma aldeia onde tinha sido instaurada a coletivização das terras e da propriedade, colocada «a anarquia nas relações sociais, a propriedade coletiva dos capitais, a distribuição gratuita dos produtos no ajustamento econômico, a negação de Deus na religião». Uma descrição que faz com que Rossi se destaque da maioria dos internacionalistas da época por aquela característica que o distinguirá no futuro: a vontade de colocar imediatamente em prática os ideais revolucionários, a necessidade de aplicar à pesquisa das idéias socialistas a verificação empírica. Ou seja, um empenho tipicamente experimental (ZANE, 1989, p. 08).

Mas a sua intensa atividade política não escapa ao controle do Estado e, em novembro daquele mesmo ano, depois da descoberta de novos contatos do

¹¹ A “seção” a que faz referência a polícia, segundo Gosi, tinha sido mencionada pelo próprio Rossi no jornal «La Plebe» desde fins de agosto de 1877 como “partido socialista de Montescudaio”.

¹² Com este pseudônimo Rossi publicou inúmeros escritos além dos livros *Un comune socialista*, publicado em primeira edição em Milão em 1878, *Cecilia comunità anarchica sperimentale. Un episodio d’amore nella colonia «Cecilia»*, publicado em primeira edição em Livorno em 1893 e *Utopie und Experiment*, publicado em Zurique em 1897. Segundo Masini, o termo *cárdias* refere-se à abertura superior do estômago. O autor considera que o anarquista, “como bom materialista e como bom veterinário, tinha usado aquele nome provavelmente para indicar que a questão social era antes de mais nada, na Itália *del macinato e della pellagra*”, uma questão de estômagos vazios a serem preenchidos” (MASINI, 1974: 249). **expressão para identificar a grande produção de farinhas e as doenças (pelagra) que recobriam a Itália àquela época.

anarquista com o “Comitê Internacional Imolese” e a publicação de *Un comune socialista*, ele é preso, em decorrência de uma provocação policial, por “atentado contra a segurança interna do Estado”. Permanece em cárcere por cinco meses, mesmo tendo sido reconhecida a sua inocência.

De acordo com ANDREUCCI e DETTI, uma vez saído da prisão, o anarquista aproximou-se cada vez mais das posições de Andrea Costa e ao evolucionismo do grupo da «Plebe», influenciando assim o movimento operário pisano. São exemplos da sua influência o jornal «Sempre avanti!» de Livorno de 1891 – que defendia a constituição de um novo partido socialista e a aceitação de “todos os meios sem preconceitos” – e o jornal «Il Socialista» de Pisa de 1883, que apoiava a participação eleitoral com candidatura de protesto. Neste jornal Rossi publica em primeira página, em dezembro de 1883, sempre sob pseudônimo, o artigo *Vantaggi e possibilità di una colonia socialista*.

O constante controle das autoridades, unido provavelmente à necessidade de estabelecer relações com o movimento socialista romanholo e lombardo, o convencem, em 1882, a participar a um concurso de veterinário realizado em Gavardo, na província bresciana¹³. Transferido-se à pequena aldeia, não renunciou [...] a desenvolver uma intensa atividade de propaganda, dando início a uma série de iniciativas para os camponeses da zona, da instituição de uma cooperativa de ajuda mútua à publicação de um jornal, «Dal campo alla stalla», à transformação do atendimento veterinário «a cura gratuita». Em Gavardo Rossi estabeleceu [...] também uma estreita série de relações com os maiores expoentes do socialismo bresciano, iniciando a própria colaboração ao «Avanti!» fundado pelo amigo Andrea Costa, com quem [teve] freqüentes relações epistolares (ZANE, 1989, p. 08).

¹³ Segundo ZANE, Gavardo era, na segunda metade do século XIX, uma aldeia de economia essencialmente agrícola, mas com importantes atividades industriais e artesanais. A população, em boa parte, dedicava-se à agricultura. O contrato mais comum era aquele da meação, aplicado em terras de pequenas dimensões e com culturas variadas, sobretudo, trigo e uva. Os trabalhadores normalmente integravam os poucos ganhos provenientes dos trabalhos agrícolas sazonais empregando-se em outras atividades como carregadores, pedreiros, etc. De importância era também a criação de bichos da seda que tinha comércio importante junto à fábrica de local. As culturas de uva e de cereais eram destinadas principalmente ao consumo familiar. As técnicas agrícolas e de produção permaneceram inalteradas por toda a metade do século XIX, fato ao qual Giovanni Rossi se opôs diversas vezes. Com a chegada do trem a vapor, Gavardo teve maiores oportunidades de comercialização, fato que contribuiu a incentivar a indústria e o artesanato local. A própria vida política era controlada por um grupo delimitado e compacto, ainda que não homogêneo, composto por expoentes da burguesia agrária. No mundo católico, um grupo heterogêneo encabeçado por Don Giuseppe Brunelli, com quem Rossi teve inúmeras desavenças.

Foi neste período que Rossi elaborou completamente a sua teoria sobre a criação das colônias experimentais enquanto instrumento indispensável para apreender, através da experimentação prática, quais formas fossem mais adequadas à perspectiva de uma mudança social. Tanto que, em 1884, na quarta edição do seu opúsculo *Un comune socialista*, inseriu o enunciado

da necessidade de aplicar à pesquisa científica no campo socialista o método experimental, ou seja, realizar colônias experimentais de modo a poder estudar «os fenômenos novos» que [aparecessem] e «quais formas de vida social» sejam «mais apropriadas à índole humana», fundando-se sobre a convicção de que a evolução da sociedade deva ocorrer inevitavelmente em sentido socialista (ANDREUCCI e DETTI, 1978, p. 405).

Neste meio tempo colaborou com diversos jornais entre eles o «Avanti!» de Costa, «La Favilla» de Mantova e «In Marcia» de Fano-Pesaro, empenhando-se a favor da utilidade e validade das colônias socialistas, sobre as quais se tinha iniciado um interessante debate. Assim, em janeiro de 1885, publica no «La Favilla» a proposta de criação de uma colônia agrícola *cooperativa*, a ser transformada sucessivamente em colônia *socialista*, seguida de um apelo de subvenção para a criação de tal colônia na Itália. Tal apelo foi enviado também a todas as federações, seções, círculos e núcleos socialistas na Itália.

Do debate iniciado depois de tal publicação nasceram as premissas para a publicação de um novo jornal, «Lo Sperimentale»,

dirigido pelo próprio Rossi, escrito e pensado em Gavardo e publicado em Brescia nos anos 1886-1887. O novo periódico, dedicado quase exclusivamente à discussão e à propaganda de seu projeto de colônia socialista anarquista, aglutinará em torno a si alguns dos mais importantes nomes do socialismo italiano e francês, de Filippo Turati a Candelari, de Reybaud a Reanaud, com um interesse também por parte do milanês Gnocchi Viani. O objetivo [era] aquele de demonstrar, com a realização da colônia experimental, que se tais realizações são possíveis em uma sociedade autoritária e coercitiva, muito mais tais formas de vida e de organização social seriam possíveis e auspíáveis em uma sociedade livre (ZANE, 1989: 08/09).

Neste jornal, que saiu por cinco números de modo independente – de maio 1886 a janeiro/fevereiro 1887 – e por outros sete números depois da fusão com

o napolitano «Humanitas», Rossi expôs a biografia de importantes socialistas utópicos e anarquistas e forneceu exemplos de colônias socialistas de diversos tipos e realizadas nos mais variados lugares¹⁴

A realização de seu almejado projeto ocorreu não em Gavardo, mas na vizinha província cremonese, para

onde Rossi [transferiu]-se em novembro de 1887 sob convite do proprietário Giuseppe Mori, ex-deputado mazziniano, e com a intermediação do socialista Leonida Bissolati. Nesta ocasião Rossi tentará, inutilmente, transformar a cooperativa instituída entre os camponeses da zona de Cittadella, no município de Stagno Lombardo, em uma verdadeira colônia coletivista, através da introdução de um grupo de agricultores socialistas. O trabalho preparatório será longo e complexo, com a elaboração de um estatuto que conserva em si as marcas das idéias de Rossi, mas os rancores sempre vivos entre alguns colonos de Cittadella farão rapidamente naufragar o projeto apenas iniciado, até a desestruturação da colônia, ocorrida em outubro de 1890. Neste mesmo período Rossi [tentou] dar corpo a iniciativas semelhantes no campo parmense, em Torricella di Sissa, e nas regiões padovana e reggiana, mas a crônica falta de recursos e as inúmeras dificuldades burocráticas que se somaram enterraram definitivamente todos os projetos (ZANE, 1989, p. 09).

Rossi, porém, não desistiu do seu intento. Quanto mais a Itália se mostrava refratária ao seu projeto, mais a América se transformava para ele em uma possibilidade. Depois da desilusão vivida em **Cittadella**, o anarquista decidiu ir à América do Norte integrar uma das colônias coletivistas que tinham sido apenas formadas e, enquanto se organizava para partir foi contatado por amigos brescianos que o convidaram a partir em direção à América do Sul para

¹⁴ O n° 1, de maio de 1886, é dedicado a Robert **Owen**. O n° 2, de agosto de 1886, a Stefano **Cabet**. O n° 3, de setembro de 1886, a Francesco Natale **Babeuf**. O n° 4, de outubro/novembro de 1886, a Charles **Fourier**. O n° 5, o último, publicado em janeiro/fevereiro de 1887, é dedicado a Michail **Bakunin**. Depois da fusão com o periódico napolitano «Humanitas» - que, por sua vez, cessou suas publicações em outubro de 1887 – passou a dispor somente de uma página, a qual era dedicada apenas aos exemplos de colônias socialistas no mundo. Os números publicados depois da fusão foram: 7, publicado no interior do «Humanitas» X; 10, com o «Humanitas» XIII; 11, com o «Humanitas» XIV; 12, com o «Humanitas» XV; 13, com o «Humanitas» XVI; 14, com o «Humanitas» XVII e 16, com o «Humanitas» XX. Com exceção do número XX, publicado sem a página de «Lo Sperimentale», os números faltantes foram seqüestrados pela polícia, não sendo possível conhecer o seu conteúdo. A última publicação teve o número XXIII, em 02 de outubro de 1887, mas desde o número anterior não tinha sido publicada a página de «Lo Sperimentale», sem prévia advertência.

fundar uma colônia socialista. Depois de uma nova e rápida campanha de arrecadação de fundos, Giovanni Rossi embarca em Genova, junto com poucos companheiros, no dia 20 de fevereiro de 1890, para fundar no Brasil a sua colônia socialista, a colônia **Cecilia**¹⁵.

Durada de 1891 a 1894, a colônia **Cecília** conheceu alguns anos de prosperidade econômica e social. Os mais de 150 colonos¹⁶ trabalhavam vastas glebas de terras de modo comunitário, e a colônia era dotada de uma farmácia, uma escola e uma biblioteca. Um grupo mais restrito de famílias – na verdade uma única família juntamente com Rossi – dedicou-se também à atuação do princípio “do amor livre”, atuado contra “a ação mortal das relações de parentesco”¹⁷. Mas também nesta experiência as incompreensões entre os colonos velhos e novos agravaram os defeitos da colônia. O golpe decisivo à **Cecília** foi proferido em 1894 pelo confronto, que àquela altura tinha chegado a um nível insuportável, entre um grupo de camponeses parmenses chegados à colônia em maio de 1891 – ao qual Rossi referia-se como o “partido camponês” – e o grupo formado por pessoas menos operosas ou incapazes de realizar o trabalho manual, e que culminou com a venda do ativo da colônia a este grupo de camponeses e ao fim da experiência.

A experiência comunitária vivida na colônia é analisada por Rossi no opúsculo *Un episodio d'amore nella colonia Cecilia*, publicado em 1893, com a identificação das causas da falência parcial da experiência, além daquela apenas mencionada – o partido camponês -, na estrutura familiar tradicionalmente compreendida, inconciliável como conceito de liberdade.

Dissolvida a colônia, Giovanni Rossi [transferiu]-se em outras regiões brasileiras, onde [assumiu] por breve tempo também o cargo de diretor de uma estação agrária experimental. Em 1895 [entregou] à estampa o volume *Il Paraná nel XX secolo. Utopia di G. R. (Cardias)*, onde [buscou] dar uma avaliação prática de uma eventual e futura

¹⁵ O nome dado à colônia foi uma homenagem à “Cecilia” presente no seu livro “*Un comune socialista*”, do qual se tratará no próximo item. Em 1891 Rossi publica o artigo *Notarelle di viaggio e di colonizzazione*, onde trata da viagem e dos primeiros meses de permanência no Paraná na revista *La Geografia per tutti*, publicada em Bergamo e dirigida por A. Ghisleri.

¹⁶ As cifras referentes ao número de membros da colônia Cecilia são muito divergentes entre si. Baseei-me nas informações fornecidas pelo próprio Giovanni Rossi.

¹⁷ Uma das idéias centrais do pensamento de Rossi era a influência nefasta da família para o devir do socialismo.

revolução social, utilizando toda a experiência acumulada durante a realização da colônia «Cecilia», não deixando de evidenciar as formas de autoritarismo que poderiam emergir de um regime de propriedade comunista e reavaliando a figura da mulher emancipada e economicamente independente.

Contratado pelo governo brasileiro, Rossi [foi] transferido como diretor de estações agrônômicas em Rio dos Cedros¹⁸ e sucessivamente a Florianópolis. A morte, ocorrida com poucos anos de distância uma da outra, das duas filhas em idade jovem, convenceram-no a retornar à Itália, onde chegará com a família em abril de 1907. Estabelecendo-se em San Remo primeiro e na costa versiliese depois, chegará definitivamente à cidade natal de Pisa em 1914, à vigília da primeira guerra mundial.

Deixada em prática a política, Rossi se dedicará à agricultura na pequena gleba de sua propriedade, mas as dificuldades econômicas impostas pela guerra o obrigaram a aceitar uma suplência veterinária em Codegno, onde ensinará também no instituto técnico local. É destes anos a sua última publicação no jornal «Università Popolare», onde explicará, trinta anos depois, o seu ponto de vista sobre as colônias experimentais e sobre a colônia «Cecilia». O advento do fascismo [encontrou] Giovanni Rossi já cansado e envelhecido, tanto a evitar qualquer alinhamento público. Morrerá em Pisa, à veneranda idade de 87 anos, no dia 09 de janeiro de 1943 (ZANE, 1989, p.10)¹⁹.

3.1.2 A (u)topia di Giovanni Rossi: *Un comune socialista*

Segundo GOSI, *Un Comune Socialista, bozzetto semi-veridico di Cardias*, publicado em primeira edição no verão de 1878 como quarto em ordem da *Biblioteca socialista* do jornal milanês «La Plebe», representa um dos exemplos mais significativos, pelo menos na Itália, de literatura socialista utópica²⁰. Ao lado da produção teórica, o socialismo utópico deu vida a algumas realizações

¹⁸ Segundo ANDREUCCI e DETTI, depois do fim da Colônia Cecília Rossi estabeleceu-se primeiro em Curitiba e depois em Taquari, onde assumiu o cargo de diretor de uma estação agrônômica experimental. Somente mais tarde foi transferido para Rio dos Cedros.

¹⁹ ANDREUCCI e DETTI fazem referência a um artigo de 1916 publicado na revista *Critica sociale*, intitulado *Il socialismo dei margini* onde propunha, levando em conta as dificuldades econômicas da época, que trabalhadores organizados de forma comunista, cultivassem as margens das estradas.

²⁰ Uma produção mais rica e complexa deste tipo de literatura teve lugar na França e Inglaterra na primeira metade do século XIX, quando alguns pensadores elaboraram propostas de sociedade “alternativas” – normalmente fundadas na razão, verdade e justiça – movidos pelas idéias emersas com a Revolução Francesa.

práticas, mas essas tiveram um sucesso muito limitado e não tardaram a deslocar seu campo de ação do Velho ao Novo Mundo.

Na Itália, a produção literária utópica, de proporções modestas, refletiu a realidade social da época e teve uma característica marcadamente camponesa, raramente indo além da pura fantasia²¹. O romance de Rossi, ao contrário, marcou uma importante mudança, configurando-se como o enunciado teórico de um projeto levado adiante no tempo até sua concretização em duas precisas realizações: **Cittadella** e **Cecilia**.

O romance é estruturado em forma de narrativa e é dividido em duas partes principais: a primeira, intitulada **propaganda**, onde Rossi tenta convencer o leitor a converter-se ao Socialismo; a segunda, intitulada **organização**, onde é descrita a organização e o funcionamento de Poggio al Mare, a aldeia imaginária situada na costa tirrênica, depois de sua conversão ao Socialismo. O livro teve cinco edições. Aquela por mim analisada, objeto deste item, foi a quarta, publicada em 1884 em Brescia pela Tipografia Sociale Operaia, com um prefácio de Andrea Costa. Além das duas partes principais e do prefácio, o livro contém também outras três partes. Uma parte introdutória, intitulada **desarrazoamentos**, onde o autor se dirige aos burgueses na tentativa de explicar o que é realmente o Socialismo e como seria organizada a sociedade do devir. O **epílogo**, onde defende a tese da tendência natural da humanidade à vida e faz outra tentativa de sensibilizar os burgueses. Enfim, o **apêndice**, onde defende o experimentalismo e propõe a realização de experiências práticas de vida anarquista, ambas inseridas no final do livro. Na quinta edição do seu livro, publicada em Livorno e já com a Colônia em funcionamento, Rossi introduziu um capítulo sobre a colônia **Cecília** onde conta os primeiros meses da história da colônia socialista no Brasil, em tom nitidamente propagandístico.

²¹ GOSI cita o romance *La colonia Felice. Utopia*, de Carlo Dossi, publicado na Itália em 1874. Tal romance teve numerosas reedições, também como apêndice em alguns importantes jornais da época, entre os quais «La Riforma», «Il Sole» e «La Plebe». Este romance, porém, trazia consigo poucas propostas de mudança da sociedade. Segundo a autora, na nova organização social descrita no livro, os institutos fundamentais da sociedade tradicional, primeiro de todos a família, eram mantidos tais e quais. Por esta razão, ainda que se trate de uma utopia, o romance é colocado no campo do “socialismo conservador”.

3.1.2.1 A análise do livro

Andrea COSTA inicia o **prefácio** à quarta edição do livro de Rossi afirmando que entre as acusações feitas pelos adversários, aquela que ele mais teme é de ser considerado um “sonhador”. Apesar disso, diz ter sonhado ele também, imaginando em *Un sogno*, uma cidade da Romagna toda convertida ao socialismo²². COSTA destaca as semelhanças existentes entre os dois livros, reconhecendo aquele de Rossi como mais completo, “colorido” e cheio de requintes e fundamentos científicos. Reconhece no livro de Rossi, sobretudo, a resposta às perguntas sobre o devir em uma nova ordem socialista. Segundo ele, o dia em que as pessoas entendessem que o socialismo daria lugar a uma sociedade onde os bens aumentariam e os maus diminuiriam muito, então começariam a compartilhar o sonho socialista, ou então, começariam a pensar e duvidar. E conclui:

Quando a parte mais inteligente da sociedade pensa e duvida, e a parte mais numerosa, segura de si, se move, oh! então é possível dizer que, pelo menos das consciências, o velho ideal foi embora; e a chegada do novo é questão de tempo.

A esta reviravolta da consciência social você de certo cooperará, amigo Rossi, com *tua Comune Socialista*, não pouco; e disto te serão gratos todos aqueles que caminham na direção de novos horizontes.

Não discutamos agora se, em tudo e por tudo, [...] concordamos. [...]

O nosso fundamento é o mesmo: isto é o importante. E com o mesmo fundamento e com o mesmo método, as consequências serão as mesmas.

O fundamento: comunidade de meios e liberdade.

O método: evolução para preparar; revolução para atuar.

As consequências: prosperidade e liberdade para todos; desenvolvimento progressivo e infinito do gênero humano (COSTA in ROSSI, 1884, p. VIII).

²² *Un sogno*, a utopia de Andrea COSTA, foi publicado em Imola em 1881, em um «Almanacco popolare». Segundo GOSI, neste livro COSTA trata da Imola transformada depois de uma revolução iniciada contemporaneamente em toda a Europa. A cidade estava completamente mudada: as muralhas e a fortaleza tinham sido destruídas, as estradas de ferro, tinham substituído as velhas estradas, as vielas e edifícios sujos tinham dado lugar a novas estradas e a edifícios belos e limpos. A propriedade pertencia aos trabalhadores. Existia a livre circulação das pessoas e não existiam mais guardas, soldados, padres e mendigos. Também a família tinha desaparecido, reinando em seu lugar o amor livre (estes últimos temas – a família e o amor livre – serão retomados mais tarde por Rossi durante a realização da Colônia **Cecília**).

O livro de ROSSI inicia, depois deste prefácio, com os **desarrazoamentos**, onde o autor, dirigindo-se aos burgueses, explica o que é o socialismo e a forma de organização da sociedade do devir. Inicia informando que o socialismo, entre outras coisas: elimina, para todos os homens, as causas das misérias econômicas, orgânicas, morais e intelectuais; estabelece a justiça sobre a produção; elimina o conceito de autoridade; afirma e confirma a lei do progresso histórico indefinido; resolve a questão da submissão feminina. Resumindo: o socialismo é o lugar da felicidade e do bem estar.

ROSSI (Cardias) prossegue as suas considerações advertindo os burgueses, e os leitores em geral, que falta a experiência para dar característica de verdade ou não ao socialismo moderno, que o seu livro tenta diminuir. Ao mesmo tempo, destaca que o socialismo moderno – por ele compreendido como “*anarquia nas relações públicas e privadas; amor e nada mais que amor na família; propriedade coletiva do capital, propriedade pessoal ou distribuição gratuita dos produtos no ajustamento econômico*” (ROSSI (Cardias), 1884:5) – é uma tendência popular e o seu estudo é uma ciência. Em seguida explica o que entende por cada um destes conceitos.

No que se refere à **propriedade coletiva**, Rossi considera que como as gerações passadas têm contribuído à formação do patrimônio social, esse deve pertencer à humanidade entendida como ente coletivo. Os socialistas, informa, querem transformar este *direito* em *fato*: a tomada de possesso do patrimônio social por parte da coletividade significaria a revolução social no campo econômico. Este patrimônio, porém,

não pode, não deve ser dividido, sob pena de reaparecer imediatamente a opressão econômica; ele deve restar patrimônio indivisível e inalienável da coletividade. Esta é a *propriedade coletiva* que substituirá a *propriedade individual*. Onde, porém, a este patrimônio não fosse associado o trabalho, rapidamente se tornaria infrutífero. Será esta convicção, será o interesse coletivo, será a inelutável necessidade das coisas, que induzirá os homens ao trabalho (ROSSI (Cardias), 1884, p. 9)

Com relação ao **consumo**, ROSSI (Cardias) faz referência à existência de duas escolas de pensamento: aqueles que associam o consumo à quantidade de trabalho realizado, considerando esta a forma de manter o estímulo à

produção, e aqueles, ao contrário, que defendem o consumo livre, de acordo com as necessidades pessoais e os rendimentos sociais, acreditando em métodos mais racionais capazes de transformar o trabalho em algo mais atraente, fazendo assim aumentar a produção de modo a não comprometer o livre acesso à produção social.

Uma vez feitos estes esclarecimentos, dá início à sua utopia. O livro se estrutura em forma de romance. Na primeira parte, intitulada **propaganda**, ele leva o leitor à vila imaginária de Poggio al Mare, na costa tirrênica, onde se dirige para visitar um amigo, Alessandro De Bardi, proprietário de terras. Acompanhado de um guia, ele percorre a propriedade e observa a situação dos camponeses. De volta à casa de seu amigo, conhece Cecilia, sua irmã, e descobre que ela também é socialista. Segue uma série de diálogos e cartas trocadas entre Cardias e Cecília sobre os princípios fundamentais do socialismo: a questão da propriedade, da justiça social, da produção e do estímulo à produção, dos direitos à herança, da família, da emancipação das mulheres, dos privilégios pecuniários, do coletivismo, dos valores morais e sociais dos homens. Estes eram os assuntos de animadas noites de conversações entre ambos, com o intuito de converter De Bardi ao socialismo.

A primeira parte do livro termina com o matrimônio de Cardias e Cecilia e com a conversão de De Bardi que, em prova, oferece suas terras em concessão por dez anos para que fosse transformada ao socialismo, concessão essa que seria renovável em caso de sucesso e por expresso desejo dos camponeses. A missão de convencer os camponeses foi destinada ao amigo Gustavo Berton²³, o qual também alcança seu objetivo com sucesso.

A segunda parte do livro, **organização**, é a mais importante, pois é onde Cardias descreve a organização de Poggio al Mare em socialismo, e é a base das idéias sobre a organização da produção agrícola que o anarquista tentará colocar em prática nas experiências de **Cittadella e Cecília**.

O primeiro passo foi a organização de um Comitê Organizativo Provisório e a elaboração de um contrato oficial, onde foi estabelecida a forma de organização e funcionamento de Poggio al Mare e onde os habitantes

²³ Em homenagem ao amigo socialista das lutas universitárias, morto ainda jovem.

declaravam associar-se por dez anos com o objetivo de cultivar as terras e realizar atividades industriais; que os capitais se tornavam coletivos e que a divisão dos úteis seria realizada em outro momento. Outros procedimentos adotados foram a realização de um inventário das propriedades de cada família em caso de desestruturação da experiência; a declaração das entradas sociais ao agente dos impostos e, uma vez estabelecida a cooperação social no interior da associação, foram estabelecidas as associações de artes e ofícios como experiência.

Uma vez organizadas tais associações, cada um dos participantes escolheu livremente a qual participar de acordo com suas aptidões e interesses. O Conselho Provisório sugeria apenas que as atividades que solicitassem maior uso da força física fossem realizadas pelos homens, causando assim uma divisão sexual do trabalho.

Cada uma das associações, reunidas em assembléia, recebeu seu capital social em custódia. Sempre nas assembléias – onde eram tomadas as decisões mais importantes – foram escolhidos os diretores técnicos ou mestres de trabalho. A produção foi assim organizada em condições verdadeiramente racionais e científicas: a pequena e desorganizada produção de antes deu lugar à produção grande e organizada; o crédito da associação permitia aos camponeses a introdução de máquinas que diminuía o cansaço enquanto aumentavam o rendimento do terreno. Alguns especialistas externos foram convidados a participar da experiência de modo a contribuir ao aperfeiçoamento e melhoramento do trabalho e da produção.

O trabalho era organizado de forma livre e anarquista. Os trabalhadores organizados nas respectivas associações reuniam-se pela manhã para decidir o trabalho a ser realizado durante o dia. Decidiam também quais horas eram mais favoráveis ao trabalho, bem como de quantas horas teria sido composta a jornada de trabalho, de acordo com a estação do ano e o trabalho necessário. Mas isto não representava um compromisso fixo, já que todos eram livres para dirigirem-se ao trabalho quando considerassem mais oportuno. Também era comum o auxílio em outras atividades sempre que possível. Todo trabalho excedente era contabilizado para posteriormente ser convertido em tempo livre.

Rossi considerava intrínseco ao homem o respeito pelo bem-estar comum, ainda que não considerasse o bem-estar social acima daquele individual. Daqui a atenção constante, na sua construção utópica, à busca do equilíbrio entre os interesses coletivos e aqueles individuais. Nesta direção o coletivismo foi valorizado através do incentivo às associações e um dos objetivos do bem-estar coletivo era aquele da preocupação com a salubridade do trabalho.

Com relação ao consumo, para que se pudesse alcançar a aspiração socialista «*a cada um o inteiro produto do seu trabalho*», foi necessário organizar também as trocas, dando aos produtos um valor *real*, composto pela soma dos diversos valores que lhes eram atribuídos durante as suas elaborações. Além disso, devia ser possível identificar, com facilidade, todas as frações constituintes do trabalho empenhado nas diversas fases de sua produção, de modo a que cada um pudesse saber qual tinha sido a sua “quota de propriedade” em cada objeto produzido. Assim, baseando-se em experiências químico-fisiológicas que calculavam o consumo orgânico induzido pelos diversos tipos de trabalho muscular e intelectual realizados em Poggio al Mare, chegou-se às *unidades de valor*.

Cada associação tinha um livro de registro, onde eram registrados os dados que depois dariam origem aos bilhetes de valores entregues a cada trabalhador. De posse desses bilhetes os trabalhadores dirigiam-se ao armazém para trocá-los pela moeda local, denominada *warrant*. Os bilhetes entregues no armazém eram encaminhados ao setor de estatística para calcular o valor de cada mercadoria produzida. O valor das mercadorias adquiridas “*de fora*” era calculado tomando por base as unidades de valor contidas nos objetos trocados para poder realizar aquela compra.

Cardias informa ainda que os valores tinham sido calculados sobre a média das experiências e disto emergia o problema que mais tarde preocupará Kropotkin: aqueles que produzem mais porque são mais capazes teriam um excesso de unidades de valor e isto poderia originar o problema da acumulação capitalista dentro da comuna socialista. Para evitar que isso viesse a ocorrer, decidiu-se dar ao *warrant* uma validade anual. Assim, de um lado se evitava o ressurgir do capitalismo pessoal e, de outro, se incentivavam os trabalhadores à total satisfação das próprias necessidades.

Com a comunidade em pleno funcionamento, o Comitê Provisório foi substituído pelo Conselho Comunal, cujos membros foram eleitos no interior das diversas Associações. Tais conselhos tinham funções executivas: as propostas de inovações tinham sido submetidas para serem examinadas e discutidas. As decisões tomadas eram apresentadas em todas as associações ali representadas. Uma vez aprovadas, a sua execução passava a ser responsabilidade das associações.

Assim se deu a organização de Poggio al Mare em coletivismo, e o autor passa a descrever em detalhes a vida comunitária conduzida por todos, destacando as numerosas transformações em melhor pelas quais a comuna tinha passado e que a tornavam irreconhecível. Particular importância foi dada às transformações tecnológicas introduzidas que determinaram o aumento da produção ao mesmo tempo em que tornaram o trabalho menos cansativo e conseqüentemente mais agradável, possibilitando aos trabalhadores mais tempo livre. Foi assim que o trabalho tornou-se um hábito para todos, fazendo com que automaticamente surgisse a pergunta: por que recompensar com medida determinada o que se transformou em hábito universal?

Assim, logo estabeleceu-se que o trabalho fosse livre de qualquer determinação de tempo e quantidade, ainda que fosse mantida a direção técnica das atividades. E a partir do

momento que a produção tornou-se faculdade incontrolável de todos, também o consumo não pode que ser determinado pelas necessidades de cada um, as quais devem ser satisfeitas sem controle. E porque é certo que o abuso ocorre somente onde existe a falta da coisa da qual se abusa [...] assim em Poggio al Mare, onde existe abundância de tudo, não se abusa de nada. [...]

Eis-nos, pois, em plena distribuição gratuita dos produtos do trabalho. O socialismo na mais alta expressão até hoje cogitada – o *comunismo* agrário – encontra-se praticamente aplicado em Poggio al Mare (Rossi (Cárdias). 1884, p. 45).

Terminada a descrição da organização de Poggio al Mare e a passagem do coletivismo ao comunismo agrário, ROSSI (Cardias) faz um salto de dez anos e fala da visita de um amigo. Leva-o para passear pela comunidade e vai descrevendo Poggio al Mare desenvolvida e os camponeses felizes, numa

situação bem diferente da descrição feita quando ele havia chegado à propriedade, dez anos antes. Decorridos os dez anos os camponeses se reúnem em praça e após uma assembléia decidem manter aquela forma de organização.

Na terceira e última parte, o **epílogo**, o autor chama a atenção do leitor para a tendência natural da vida em socialismo, ao mesmo tempo em que afirma acreditar que a passagem do capitalismo ao socialismo não ocorrerá de modo tranquilo e evolucionista, mas através de uma revolução social. Trata-se também de uma tentativa de sensibilizar os burgueses para as idéias socialistas por ele concebidas e defendidas. Enfim, no **apêndice**, lança-se a defender o experimentalismo e, através deste, propõe a realização na prática de tudo quanto havia sido descrito no livro.

GOSI, analisando a utopia de Rossi, destaca as semelhanças entre o seu trabalho e aqueles de Fourier e Cabet. Com Fourier, de acordo com a autora, entre os pontos em comum com relação a alguns aspectos da organização da comunidade – o trabalho como jôia, a espontânea organização social, o respeito pelas inclinações individuais como chave para o equilíbrio da experiência – aquele mais importante é o caráter decididamente anti-autoritário com que Rossi organizou Poggio al Mare. GOSI considera também possível hipotizar que Rossi tivesse conhecido as idéias de Fourier não somente através da leitura de seus textos, mas também através de contatos com um núcleo fourierista genovês ativo já em 1876.

Com Cabet, são compartilhadas a idéia da comunidade de bens – com o trabalho e a educação comuns – e, sobretudo, a convicção da utilidade da propaganda, tanto a transformar ambos, além de promotores de experiência deste tipo, também em realizadores em primeira pessoa. Cabet, de fato, acreditava que *Icaria*, a sua colônia igualitária e comunista, teria exercido uma atração sobre todas as classes, fazendo com que toda a sociedade européia fosse capaz de realizar a passagem do capitalismo ao comunismo de modo pacífico e natural.

Rossi, porém, vai além destas influências e na sua utopia propõe inovações importantes: a acentuação do sentido libertário, particularmente no que se refere à organização do trabalho; a tentativa, ainda que imprecisa, de

formulação de uma teoria do valor e uma interpretação positiva da luta pela existência, esta última influência de Kropotkin.

3.1.3 O veterinário anarquista: a permanência de Rossi em Gavardo e os primeiros passos na direção da realização de sua utopia

Como já foi mencionado, no início de agosto de 1882 Rossi participou do concurso aberto em Gavardo, província de Brescia, para uma vaga de veterinário, vacante depois que o veterinário precedente havia se aposentado. Entre os motivos que o fizeram inscrever-se ao concurso está provavelmente a vigilância cerrada por parte da polícia toscana, o que lhe tinha tornado praticamente impossível a obtenção de uma atividade profissional na região. Assim, fez o concurso, foi aprovado e iniciou os trabalhos em outubro do mesmo ano.

Em Gavardo, Rossi encontrou um município de fortes tradições religiosas e populares, onde a unificação da Itália tinha tido pouco efeito e onde a vida política era controlada por um número restrito de famílias. No mundo camponês ele encontrou um forte apego aos conhecimentos e práticas de medicina populares e nenhum sinal de querer mudar. Decidiu lutar sozinho contra esse estado de coisas e dedicou-se à publicação e divulgação de opúsculos sobre doenças mais freqüentes entre os animais da região, ainda que sem contar com o apoio das autoridades locais. As medidas de vigilância das autoridades toscanas não diminuíram após sua transferência a Gavardo, tendo inclusive se ampliado após os novos acordos com as autoridades locais.

Os constantes deslocamentos entre os municípios consorciados por motivo de trabalho permitiram-lhe continuar a realizar sua propaganda socialista. De acordo com GOSI e ZANE, ainda que sob constante vigilância por parte das autoridades, em poucos meses Rossi tinha conseguido incidir sobre a realidade social local, dando início a uma série de iniciativas. A publicação do jornal «Dal Campo alla Stalla» - já publicado em Montescudaio e dirigido aos camponeses - é a sua primeira realização concreta. O conteúdo do jornal não é conhecido, mas os autores acreditam tratar-se de artigos de divulgação higiênico-sanitária

e técnica, dirigidos aos camponeses e criadores, não sendo possível saber se existissem qualquer sinal de propaganda política ou não²⁴.

Outra sua realização foi a criação de uma sociedade agrícola de cooperação com cerca setenta sócios, onde os animais, na maioria bovinos, passavam a fazer parte do patrimônio comum. Esta última iniciativa recebeu forte oposição do pároco local, dado que concorria com a já existente “Sociedade de Mútuo Socorro Operária Agrícola de Gavardo”, ligada à Igreja e com objetivos bem diversos daquela organizada por Rossi²⁵. Importante também foi o papel desempenhado por Rossi para a expansão do movimento socialista não apenas em Gavardo, mas também sobre o nascente socialismo bresciano do fim do século. Particular atenção deve ser dada aos contatos estabelecidos com os ambientes mais progressistas da época, em particular com o parlamentar romagnolo Andrea Costa.

Além dos contatos com o grupo de Brescia, Rossi colaborou com vários jornais e revistas já citadas anteriormente, e levou à impressão a quarta edição de seu livro *Un comune socialista*, desta vez com prefácio de Andrea Costa. O fervor revolucionário vivido à época lhe fez acreditar na possibilidade de colocar em prática o antigo projeto de realização de uma colônia agrícola socialista na Itália. O primeiro a ser contatado foi Costa, de quem não teve uma resposta favorável.

As tentativas de obter apoio de outras partes continuaram, como testemunham dois artigos publicados no «Avanti» de Costa. Em um primeiro artigo, intitulado *Accademia*, Rossi desenvolveu um confronto sobre os significados assumidos pelos termos “evolução” e “revolução”, argumentando que, se era verdade que a evolução era capaz de preparar os ânimos para as mudanças necessárias, somente a revolução seria capaz de realizá-las. Em um segundo artigo no mesmo jornal, propôs outra vez a fundação de uma colônia agrícola experimental. E para colocar em execução seu projeto, Rossi multiplicou seus contatos. Depois de ter ilustrado a diversos expoentes socialistas e

²⁴ GOSI não descarta a possibilidade de que ele fosse, apesar do título, um jornal apenas de propaganda política, ainda que não lhe pareça tanto possível.

²⁵ De fato, durante a sua permanência em Gavardo, a sociedade católica teve o seu quadro de sócios progressivamente reduzido, fato que não agradou as autoridades eclesiásticas.

republicanos, em janeiro de 1885 ele formulou oficial e publicamente sua proposta de criação de uma colônia agrícola cooperativa socialista, em artigo publicado no jornal «La Favilla».

O artigo, assinado por Rossi, levava o título *Colônia Agrícola Socialista*, e tratava do mesmo projeto já exposto para a aldeia imaginária de Poggio al Mare em seu livro *Un comune socialista*.

A colônia deveria surgir em uma zona de clima brando e terreno fértil, não ainda dominada por uma agricultura realizada de modo intensivo; teria sido constituída uma livre federação de associações operárias; e cada uma dessas teria disposto de todos os meios necessários ao seu trabalho e da máxima liberdade para a organização das próprias funções internas (GOSI, 1977:38)

Segundo GOSI, três eram os objetivos de Rossi com relação a esta experiência: primeiro, assegurar o bem-estar e justiça social aos seus participantes; segundo, experimentar formas alternativas de cooperação econômicas, evidenciando formas melhores do que aquelas já existentes que pudessem ser propostas; terceiro, entender, na perspectiva de uma renovação social, onde terminava a credibilidade das teorias inovadoras e onde, ao contrário, tinha início a utopia.

Com relação aos meios necessários para a atuação prática da experiência, foi estabelecido que o capital social seria constituído por um número determinado de ações de 50 liras, nominais, indivisíveis e não transmissíveis. Uma vez alcançado o capital necessário para um primeiro implanto, os participantes teriam comprado um primeiro lote de terras na zona bonificada próxima a Roma ou naquelas de domínio do Estado. Essas seriam assinaladas a um grupo de dez colonos, que deveriam dedicar-se aos trabalhos agrícolas tradicionais, à fruticultura e à horticultura. Concluindo o artigo, Rossi apresentava também um orçamento de gastos para uma colônia agrícola na Itália meridional, com área de 100 há, a serem cultivados com fruticultura e horticultura.

Tendo superado a fase do debate ideal e alcançado aquela da atuação prática, Rossi considerava válida como ponto de partida a idéia da criação de uma colônia agrícola *cooperativa* a ser transformada, com desenvolvimentos e

integrações, em uma colônia agrícola *socialista*²⁶. Com o intuito de envolver a maior parte das forças socialistas italianas, elaborou um documento endereçado à “Comissão Federal de Correspondência do Partido Socialista Revolucionário” de Forlì, solicitando que todo o partido discutisse sua proposta no interior das associações locais e decidisse se e como participar da experiência.

Lançou também um *Appello* para a fundação de colônias agrícolas socialistas, endereçado a todas as “federações, seções, círculos e núcleos socialistas da Itália”, colocando mais uma vez em evidência a necessidade de sufragar, com exemplos concretos, a validade das teorias socialistas, provando assim as suas possibilidades de realizações práticas. Acreditava ainda que uma vez instituídas, se as colônias se dedicassem a ramos onde a concorrência capitalista fosse menor, seria possível destinar uma parte dos ganhos ao movimento socialista e à promoção de outras colônias.

Rossi teve que esperar ainda outro momento para a realização de sua colônia, uma vez que o arrecadado não foi suficiente para colocá-la em prática. Porém, o objetivo de discutir seu projeto foi alcançado, e para manter aceso o debate, escreveu vários artigos para os jornais socialistas da época, entre eles «In Marcia» de Pesaro, «I Miserabili» de Padova e «La Questione Sociale» de Torino. Com o debate em curso, sobre o projeto das colônias socialistas se levantam vozes favoráveis e contrárias. Entre estas últimas Malatesta foi o mais contundente. O argumento era o de que a realização destas colônias subtrairia forças preciosas para a revolução, distanciando os combatentes dos locais de preparação e propaganda. Rossi respondeu à crítica argumentando que numa guerra onde as partes envolvidas chamavam-se burguesia e proletariado, a presença de uma centena de homens a mais ou a menos teria feito pouca diferença, além de insistir no fato de que tais colônias deveriam ser constituídas na Itália, não em países distantes. Mas um discurso mais articulado foi realizado através do seu jornal «Lo Sperimentale» a partir de maio de 1886.

²⁶ De acordo com BETRI, neste período, ainda se criticado por alguns de seus companheiros, entre eles CANDELARI, Rossi tinha uma posição muito mais aberta, considerando a cooperação com um processo evolutivo verso a inevitável passagem socialista.

Neste ínterim ele continuou desenvolvendo sua atividade de veterinário consorcial e, sem intimidar-se pelas resistências impostas, dedicou-se à realização de ações que melhorassem a sua conduta, considerando também a realidade econômica e social dos camponeses. No outono de 1885 ele apresentou ao prefeito de Gavardo um estudo detalhado das condições higiênico-sanitárias da região, bem como dos problemas de ordem econômica e social. Conclui indicando uma série de procedimentos de modo a instituir a conduta veterinária “a cura gratuita”, proposta que é aceita pela maioria dos municípios consorciados.

Mas a realização da colônia agrícola socialista continuava ocupando o centro de sua vida. E para colocá-la em prática e ele buscava romper seu isolamento em Gavardo com constantes contatos com os socialistas brescianos, romagnolos e milaneses.

3.1.4 A necessidade de “experimental”: a defesa do experimentalismo e a polêmica com os anarquistas

Deste ponto de sua vida em diante, Rossi não abandonou mais a defesa do experimentalismo e empregou todas as suas forças na tentativa de convencer sempre mais pessoas a dedicar-se à realização de uma colônia agrícola socialista. No seio do debate sobre o tema, ele decidiu criar um jornal que tivesse como objetivo estudar e propagandear as colônias experimentais, construir centros e comitês de apoio, promover e organizar o recolhimento de fundos necessários à realização da colônia socialista.

Pronto desde o outono de 1885, «Lo Sperimentale» aparecerá pela primeira vez somente em maio de 1886, impresso pela Tipografia Rivetti, em Brescia. Desde o início contou com a colaboração fixa de Candelari, Reybaud, Reanaud e Turati, e com um interesse sem continuidade de Lazzari e Gnocchi Viani. Mas foi, sobretudo, o jornal de Rossi, onde ficava evidente a sua grande fé no ideal anarquista e o seu sofrimento em relação aos estéreis academicismos que poderiam levar à transformação do socialismo em uma ideologia sem contato com a realidade. Tanto é que com o primeiro número, sob o título *Programa*,

assinado pela Redação, esclarece que entendia diminuir o vazio deixado pelo partido e imprensa socialista no que se refere ao devir preconizado.

Concluindo o primeiro número do jornal, Rossi assina o artigo intitulado *Sperimentiamo*, onde insiste na necessidade de partir para a experimentação, argumentando que para que tal experimentação pudesse ter força de exemplo, ela deveria ocorrer na Itália. Em suas palavras:

«Não se trata de estabelecer nem de mostrar, como e qual será precisamente, e nos seus mínimos detalhes, a sociedade do devir; nem também se deve acreditar ser possível resolver a questão social através de fazendas socialistas. Não, o devir será o que será, e a questão social será resolvida pelas necessidades invasoras, pelo desenvolver-se irresistível do espírito humano em todas as suas manifestações.

Mas em meio à nebulosidade do vago, do indeterminado, encontramos isto de certo e de preciso: que **a civilização moderna se fundamenta sobre o eixo da propriedade privada dos capitais, e a sociedade nova terá, ao contrário, por eixo de rotação a propriedade comum.**

[...] Se amanhã os trabalhadores do mundo soubessem que é possível existir sem a propriedade privada, as atuais ordens desapareceriam de uma vez e sem violência. Eis, pois, onde e por que coisa deve entrar em campo a experiência. Somente para mostrar com os fatos se a propriedade comum pode ser, por sua vez, prêmio da sociedade humana. Este o princípio de máxima a ser submetido à prova; os particulares, os detalhes não têm, pois que mínima importância por que são facilmente variáveis.

Mas para influenciar multidões, é necessário que estas provas sejam dadas próximas, tanto que possam ser verificadas com os próprios olhos. As comunidades comunistas da América são muito distantes para que possam persuadir os camponeses italianos. «*Estes não são como nós*», é a resposta habitual que se escuta. Quando, ao contrário, verão na sua própria província uma fazenda socialista cultivada em perfeição [...], comunismo hoje desconhecido, escarnecido ou caluniado, se transformará em aspiração popular.

Esta é a nossa convicção, que esperamos será compartilhada pelos companheiros, não mal entendida nem destruída sobre uma avalanche de *mas* e de *ses*. [...]

Façamos, pois, proposta de constituir na Itália uma *Colônia socialista experimental*. Para mandá-la em execução, arrendando um terreno e relativas construções capazes de abrigar de duzentas a trezentas

peessoas, ocorrerá uma soma de 50 mil liras. Portanto, convidamos os privados e a sociedade, que desejam ver atuada esta idéia, a declarar-nos qual soma nos podem emprestar ou doar para esta iniciativa. Apenas as *promessas* de subsídio terão alcançado ou superado a soma considerada necessária, os acionistas se constituirão em Sociedade com todas aquelas garantias morais e jurídicas que têm direito de exigir»²⁷

Ao apelo de doação para a fundação de uma colônia socialista na Itália, lançado no primeiro número do jornal, responderam alguns dos maiores nomes do movimento camponês e daquele socialista, entre eles Turati, Bissolati, Bosco Garibaldi e Annamaria Mozzoni. A iniciativa era assim iniciada. No segundo número, Rossi informa que a soma alcançada era de 2.050 liras e anexa o elenco dos doadores, informando ainda que tinham sido constituídos comitês locais em Milano, Brescia, Castenedolo, Gavardo, Padova, Ferrara, Pisa, S. Croce sull'Arno e Palermo. Segundo GOSI, para que a sua proposta pudesse ser interpretada em um sentido "gradualista", Rossi publicou, no número 3 do seu jornal, o artigo intitulado *L'utopia sperimentale di Lassale*, onde tentou esclarecer como era errado pensar em uma transformação gradual da sociedade, insistindo no fato de que os "grupos de vida socialista valem como meio de propaganda, não como gradual e pacífica solução da questão social"²⁸. Mas isto não bastou para fazer aumentar o número das doações, que prosseguiram em passos lentos. O último elenco das ofertas realizadas ou prometidas chegava à soma de 2.150 liras, soma ainda distante das 50 mil liras necessárias para iniciar o projeto.

Os temas tratados por Rossi no seu jornal são aqueles clássicos da relação entre socialismo e liberdade, autoridade e anarquismo. Além disso, particular atenção era dada à análise das experiências já realizadas por outras colônias, buscando entender os motivos do insucesso e os limites teóricos. O jornal saiu de forma independente por cinco números, de maio de 1886 a janeiro-fevereiro de 1887, e repetiu o mesmo esquema por todos os cinco números. Nas primeiras páginas, uma biografia de um dos fundadores das doutrinas socialistas utópicas e outras figuras importantes. Em seguida, uma série de

²⁷ «Lo Sperimentale», Brescia, n. 1, maggio 1886, p. 8. O negrito é meu.

²⁸ «Lo Sperimentale», Brescia, n. 3, settembre 1886, p. 2.

artigos que forneciam notícias e histórias das mais diversas experiências de vida comunitária, antigas e contemporâneas, desfeitas ou em curso, na Itália ou no exterior (Estados Unidos, França, México, Rússia, Bélgica, etc). Sobre algumas dessas experiências, como por exemplo Icaria, realizavam-se reportagens detalhadas; com outras, ao contrário, as notícias eram tomadas de jornais ou outros tipos de publicações estrangeiras. Um espaço no jornal era destinado a pequenos textos ou citações de autores como Kropotkin, Mâlon, Lavelaye, Cernychewsky, outro àqueles dos colaboradores Renaud e Reybaud.

A rubrica ***Socialismo sperimentale***, não assinada mas, segundo GOSI, provavelmente curada por CANDELARI, propunha aspectos e características de vida comunitária em geral. Além disso, um espaço destinado aos fatos de crônica, divididos em duas partes: sob a rubrica «Vecchia Cronaca» eram destacados os homicídios, furtos, tragédias de amor, por Rossi classificados como “fatos [que] nunca ocorreram nem ocorrerão nos locais que vivem em socialismo”²⁹. Em contrapartida, sob a rubrica «Cronaca Nuova», eram registrados o nascimento de novas colônias, cooperativas de trabalhadores e sociedades de ajuda mútua. Em conclusão, sob a rubrica ***Colonia Socialista Sperimentale in Italia***, Rossi informava a soma alcançada pelas doações para a realização da colônia socialista e os novos comitês formados, ao mesmo tempo em que reforçava o apelo a novas doações.

Depois do quinto número, «Lo Sperimentale» uniu-se ao «Humanitas» de Nápoles, e saiu ainda por outros sete números. Mas, tendo a disposição apenas uma página, passou a dedicar-se apenas aos exemplos de colônias socialistas no mundo. Em outubro de 1887 com o fechamento do periódico napolitano, «Lo Sperimentale» teve o seu fim definitivo.

3.1.5 Cittadella

Segundo BETRI, os primeiros contatos entre Rossi e o grupo cremonês de Giuseppe Mori. Bissolati, Sacchi e outros datam dos anos 1885/86³⁰. Aliás, este

²⁹ «Lo Sperimentale», Brescia, n. 1, maggio 1886, p. 5.

³⁰ O ponto de encontro, sobretudo entre Rossi, Mori e Bissolati, refere-se à questão da organização da produção agrícola. De fato, no opúsculo intitulado «I contadini del Circondario

foi o período em que Rossi intensificou a propaganda da sua colônia experimental, falando pela primeira vez da criação de uma colônia *cooperativa* a ser transformada em uma colônia *socialista*, parecendo assim moderar o caráter revolucionário do seu discurso. Apesar disso, permaneceu fiel à idéia de fazer nascer esta transformação dos núcleos camponeses, fato que, segundo BETRI e GOSI, remonta ao longo debate sobre a obščina russa, durado de 1875 até os últimos anos de Engels³¹.

A disposição de apoiar o projeto de Rossi era presente também em Mori, proprietário da fazenda Cittadella, onde ocorreu a experiência. Mazziniano e deputado de Extrema Esquerda, Mori se era empenhado a favor das classes trabalhadoras, desempenhando um papel importante entre os trabalhadores, buscando torná-los conscientes dos seus direitos e deveres como cidadãos. Há tempos ele buscava pôr fim ao sistema de trabalho assalariado nas suas terras e a proposta de organização de uma colônia agrícola *socialista* apresentada por Rossi no jornal «La Favilla» pareceu-lhe o melhor modo de realizar seu objetivo.

Os primeiros contatos ocorreram em 1886, quando Mori e Bissolati se dirigiram a Gavardo para encontrar o anarquista. Depois de discutir sobre a realidade

di Cremona», pubblicato pela Tip. Sociale em Cremona em 1886, Bissolati mostrou-se um grande “incentivador das cooperativas de produção como um dos meios mais válidos que se pudessem oferecer aos trabalhadores agrícolas para o melhoramento das suas condições” (GOSI, 1977, p. 50). Além disso, o autor sugeria a ativação de “ligas cooperativas que permitissem aos camponeses administrar diretamente a empresa: o sistema do aluguel/arrendamento [...] deveria ser explorado coletivamente pelos trabalhadores” (GOSI, 1977, p. 50). Tais associações cooperativas deveriam desenvolver uma função emancipatória, conduzindo os trabalhadores até a propriedade coletiva, assinalando assim a evolução até um sistema econômico diverso.

³¹ “Os populistas russos consideravam que a comuna agrícola (obščina), que administrava terras comuns, tidas como propriedade coletiva e distribuídas periodicamente entre as famílias, fosse um fenômeno exclusivamente eslavo. O povo russo teria, pois, sido embebido dos princípios da propriedade comum, [estando], portanto, muito mais próximo ao socialismo que os povos do Ocidente europeu. A partir dos anos 1860 foi lícito pensar que as comunas agrícolas russas, [...] pudessem ainda servir de passagem direta ao comunismo superior, evitando a fase capitalista” (BETRI, 1971, p. 11/12). MARX e ENGELS acreditavam que isto pudesse ocorrer, mas consideravam também as rápidas mudanças que tornavam essa passagem sempre mais difícil. Segundo os dois intelectuais, “perdida a grande ocasião histórica de apoiar a comuna agrícola à passagem ao comunismo superior, e avançando o capitalismo na Rússia, a possibilidade de salvar a comuna restava ligada enfim a uma eventual revolução proletária no Ocidente; perdida também esta, a Rússia devia inevitavelmente passar pela fase capitalista e chegar através desta à sua revolução proletária” (VENTURI apud BETRI, 1971, p. 12). Rossi acreditava na possibilidade de que a mudança pudesse acontecer também no campo, entre os camponeses, por isso insistia na criação de uma colônia agrícola socialista experimental.

local, decidiram repetir a experiência de Ralahine na Irlanda, oferecendo assim Cittadella em arrendamento a uma associação de camponeses a ser constituída entre os camponeses que trabalhavam ali como assalariados. A única condição imposta por Mori foi que Rossi participasse e seguisse o projeto na qualidade de secretário, condição que ele aceitou prontamente.

Segundo GOSI, a escolha da propriedade de Cittadella em Stagno Lombardo não foi casual, mas função da capacidade organizativa daqueles camponeses. De fato, eles tinham sido protagonistas das greves de 1882 e 1885 ocorridas naquelas localidades e áreas limítrofes. Os acordos entre Rossi e o grupo cremonês foram seguidos com interesse pelo pároco Don Brunelli que logo alertou o bispo de Cremona sobre o que estava por acontecer. A preparação das condições de arrendamento bem como a elaboração do Estatuto orgânico da Associação foi longa e complexa³².

Em meados de agosto de 1887 o projeto de Estatuto parecia ter alcançado bom ponto. O trabalho de propaganda do projeto entre os camponeses foi confiado a Bissolati e, quando tudo parecia pronto, os camponeses foram convocados a uma reunião onde Bissolati explicou-lhes a idéia de Mori de entregar-lhes em arrendamento, não apenas fosse constituída a Sociedade, a propriedade de Cittadella onde trabalhavam. Os camponeses exultaram pelo que não lhes parecia verdade. Mas as primeiras dificuldades apareceram com a leitura do Estatuto orgânico da sociedade, escrito com base na experiência de Ralahine e por isso comunista e igualitária. Segundo Rossi, os camponeses resistiram às explicações e justificativas das vantagens daquela forma de organização e modificaram o Estatuto de modo a dar à Associação uma característica puramente coletivista, tornando-a o mais parecida possível à forma de organização da vida e trabalho à qual estavam habituados.

Foi por querer ir além do discurso utópico e partir à experimentação que Rossi reduziu ainda mais o conteúdo *socialista* da sua colônia. O ato constitutivo da **Associazione Agricola Cooperativa di Cittadella** se deu no dia 11 de

³² As correspondências entre Rossi e Mori duraram de janeiro a agosto de 1887 e inúmeras foram as dificuldades que tiveram que ser superadas.

novembro de 1887. Foram aprovados o Estatuto³³ com as modificações solicitadas pelos camponeses e o capitulado de arrendamento da propriedade; por votação secreta Rossi foi eleito o secretário e por aclamação foram eleitos: três membros para integrar a comissão técnica; o representante da **Associação** na Comissão Administrativa e um dos três prefeitos da **Associação**, sendo os outros dois designados pessoalmente por Mori. Enfim, determinou-se a organização da **Associação**: naquela ocasião, trinta camponeses e Giovanni Rossi tomaram ato da proposta de Mori de ceder em arrendamento fiduciário a propriedade de Cittadella a uma associação cooperativa de produção formada pelos camponeses que ali moravam e trabalhavam como assalariados. A sociedade criada recebeu o nome de “**Associazione Agricola Cooperativa di Cittadella in Comune di Stagno Lombardo**”.

Cittadella era constituída

[...] por vinte casas de camponeses e pelas correspondentes construções agrícolas, reagrupadas em torno de duas grandes terreiros. Em um terceiro terreiro adjacente se dispunham as habitações do proprietário e a escola infantil, por ele construída e mantida. Ao redor deste núcleo de construções se estendiam 120 ha de terreno plano bem cultivado, dividido em duas partes da margem principal do Pó. Os campos situados além da margem eram irrigados mediante uma imponente bomba centrífuga a vapor que se alimentava de um pequeno lago próximo à sede da aldeia. Ali eram cultivados trigo, milho, pasto, uva e eram criados animais e bichos da seda (GOSI, 1977, p. 55)

Em **Cittadella** as decisões e as deliberações mais importantes eram tomadas através da Assembléia Geral, realizada duas vezes ao mês, sempre no primeiro e terceiro sábado à noite. Às mulheres era concedida a participação nas assembléias, mas sem direito ao voto. A administração da **Associação** era

³³ O Estatuto Orgânico da **Associazione Agricola Cooperativa di Cittadella** no município de Stagno Lombardo, Cremona, aprovado pela Assembléia Geral de 11 de novembro de 1887 é subdividido em 11 títulos e 53 artigos assim disciplinados: **I.** Constituição e objetivo; **II.** Admissão dos sócios; **III.** Das adunanze; **IV.** Organização administrativa; **V.** Direitos dos sócios; **VI.** Capital social e úteis; **VII.** Trabalhos Agrícolas; **VIII.** Armazém de consumo; **IX.** Instrução; **X.** Relações morais; **XI.** Demissão, expulsão dos sócios e dissolvimento da sociedade. Para maiores detalhes ver BETRI. L. (a cura di) *Cittadella e Cecilia due esperimenti di colonia agricola socialista. Carte inedite a cura di Luisa Betri e un saggio introduttivo su l'utopia contadina*. Milano: Edizioni del Gallo, giugno 1971. 395 p.

responsabilidade da Comissão Administrativa, formada por um representante dos trabalhadores eleito anualmente pela Assembléia, um representante de Mori e por Giovanni Rossi. Eram tarefas desta Comissão a organização administrativa da associação, a elaboração dos balanços consultivo e preventivo, a serem entregues até dezembro de cada ano e a abertura para consulta pública do livro de registros aos sócios em horas previamente determinadas. Além disso, a Comissão tinha autonomia de compra e venda para valores não superiores a quatrocentas liras.

Para a remuneração era prevista a manutenção de categorias diversas, de acordo com a quantidade de trabalho e a responsabilidade de cada sócio. Os trabalhadores braçais obrigados recebiam £ 300, as famílias £ 340, os responsáveis pelos animais, pelos trabalhadores e o secretário £ 360. Para os trabalhadores braçais não obrigados e para as mulheres o Estatuto estabelecia uma remuneração para cada dia de trabalho a ser concordada a cada atividade (BETRI, 1971, p. 20)³⁴

Cada núcleo familiar teria à disposição uma casa, uma horta e um quintal para a criação de cinco galinhas e teria, também, direito a dois quintos do produto dos bichos da seda, a metade do valor de um porco de engorda, a um terço do produto de farinha de trigo e linho assinalados em partes iguais. Os úteis líquidos da cooperativa seriam divididos anualmente como segue: 50% para pagar o capital móvel. 50% dividido entre os sócios proporcionalmente aos preços obtidos. Uma vez saldado o capital móvel, 40% seria destinado a aumentar o capital comum indivisível e 60% para a participação proporcional dos sócios (GOSI, 1977, p. 56).

A qualquer momento que

a sociedade, em assembléia geral, pronunciasse a própria desintegração, se [procederia] à liquidação da cooperativa, conservando o capital social à disposição de um novo grupo de trabalhadores que se [constituísse], informado dos princípios gerais do Ato de Constituição e do Estatuto Orgânico. [Era] absolutamente excluída a divisão do capital entre os sócios (BETRI, 1971, p. 21)

Todos os trabalhos agrícolas realizados em **Cittadella** deviam ser realizados de modo e pelo interesse coletivo. Os trabalhos eram dirigidos por uma

³⁴ Segundo BETRI, todos estes valores eram superiores àqueles reivindicados pelos próprios trabalhadores durante a greve de 1885.

Comissão Técnica composta por três membros eleitos em assembléia por maioria absoluta, sendo também assistidos pelo Secretário. Essa comissão trabalhava junto com os outros membros durante a jornada de trabalho, e à noite reunia-se para decidir os trabalhos a serem realizados no dia seguinte, assim como a quantidade de trabalhadores necessários para cada atividade. A todos aqueles que não estavam de acordo com as práticas realizadas era concedida uma área de terreno determinada, de modo que pudessem realizar a experiência desejada como demonstração da sua própria compreensão. Como armazém de consumo funcionava em **Cittadella** uma sucursal da Sociedade Cooperativa de Consumo entre artesãos e trabalhadores braçais de Pieve d'Olmi.

As primeiras dificuldades que os camponeses tiveram que superar foram aquelas relativas ao dinheiro necessário para pagar a caução ao proprietário (um ano de arrendamento antecipado), comprar material móvel necessário para dar início à experiência e manter-se até as primeiras entradas. Foi Mori quem acabou adiantando o dinheiro, a juros de 4,5%. Resolvido o problema, a vida da **Associação** desenvolveu-se regularmente, mantendo-se tecnicamente na vanguarda, em contato com empresas, escolas agrícolas e órgãos do governo.

Em 1889 a **Associação** participou da exposição de Paris, recebendo uma medalha de prata pela produtividade alcançada. Os resultados eram tais que os proprietários vizinhos tiveram que reconhecer uma notável melhoria nas condições de cultivo de **Cittadella**. Todos estes resultados tinham custado a Rossi tantas discussões e tanta luta contra a resistência dos camponeses a provar as novidades propostas.

Durante todo o período de realização de **Cittadella**, Rossi continuou seu trabalho de propaganda para a difusão das cooperativas agrícolas experimentais sem, contudo, abandonar a idéia de transformar a associação *cooperativa* em uma verdadeira colônia *socialista*. Com tal intuito constituiu, em 11 de dezembro de 1888, a *Unione Lavoratrice per La Colonizzazione Sociale in Italia*, com o objetivo de colonizar os terrenos disponíveis, organizando socialmente a propriedade, o trabalho e a convivência. Na primeira metade de 1889 realizaram-se contatos para a constituição de uma colônia social em

Torricella di Sissa³⁵, província de Parma, e em setembro do mesmo ano se falava da constituição de outra colônia em Parma. Em **Cittadella**, porém, as coisas não pareciam desenvolver-se na direção das orientações propostas por Rossi: se do ponto de vista econômico a experiência podia considerar-se exitosa, o mesmo não se podia dizer daquele social.

Com o objetivo de eliminar todos os traços de individualismo e conservadorismo que prevaleciam em **Cittadella** desde a sua organização, e aproveitando a saída de duas famílias da experiência, Mori e Rossi decidiram introduzir um grupo de camponeses de idéias socialistas – o núcleo socialista³⁶ – que servissem de exemplo às demais famílias, a fim de transformar gradualmente toda a colônia. O núcleo era formado por duas famílias, dois jovens solteiros e Rossi, num total de dezesseis pessoas que trabalhavam e colocavam em uso comum seus rendimentos.

A casa foi confiada às mulheres, responsáveis pelos trabalhos domésticos, em turnos quinzenais. No início de cada turno os homens deveriam ver quanto tinha em caixa e quanto era necessário para a manutenção do grupo na quinzena; discutia-se a despesa e as mulheres eram autorizadas a dirigir-se à agência para receber o dinheiro. A mulher que não era responsável pela manutenção da casa dirigia-se aos campos junto com os homens. Os ganhos obtidos pelo núcleo no fim do ano seriam destinados à compra de móveis, utensílios e vestidos. Mas isto não bastou a mudar as coisas.

A experiência socialista não foi aceita pelos camponeses, que se opunham principalmente à idéia igualitária. A este ponto os primeiros sintomas da crise começaram a manifestar-se: os camponeses opuseram resistência ao núcleo socialista e voltaram-se contra Rossi, que se encontrou no centro de inúmeras críticas e logo compreendeu que seria impossível transformar **Cittadella** em uma experiência baseada no coletivismo integral. Contemporaneamente o projeto de Torricella di Sissa encontrava dificuldades para encontrar

³⁵ O “projeto contemplava a formação de uma sociedade anônima por ações que consentisse adquirir em Torricella um fundo, chamado «Il Palazzo». Para cobrir o capital necessário à aquisição, 150.000 liras, foram emitidas trezentas ações de 500 liras cada uma” (GOSI, 1977, p. 58/59). Entre os doadores figuram nomes como os de De Azarta, Nathan, Odescalchi, Mori, Bissolati, Boldori, Garibotti e Sacchi.

³⁶ Pensado no interior da noção de lideranças-guias de BAKUNIN.

financiamentos, o mesmo acontecendo para outras experiências semelhantes em outras regiões.

Diante desses acontecimentos, Rossi decidiu abandonar **Cittadella** e ir para a América, em uma das Colônias apenas fundadas na América do Norte. Sucessivamente apareceu-lhe a possibilidade de fundar, junto com outros companheiros, uma colônia socialista na América do Sul, à qual ele aderiu imediatamente. Através de uma carta enviada a Bissolati no final de dezembro de 1889, solicitou ao amigo de lançar um apelo de doações a favor dos pioneiros no jornal «Eco del Popolo».

Rossi embarcou no Porto de Genova para o Brasil no dia 20 de fevereiro de 1890, a bordo do “Città di Roma”, com a esperança de colocar finalmente em prática seu plano de colônia socialista. Depois da partida de Rossi, Mori decidiu cancelar o contrato de arrendamento no final do segundo ano. Precisou retroceder depois que os camponeses enviaram-lhe um documento escrito e assinado por todos, solicitando-lhe de mudar de idéia. Todavia a cooperativa desfez-se sob desejo de Mori no final do terceiro ano, em 11 de novembro de 1890, apesar do sucesso alcançado.

É difícil estabelecer os motivos que levaram Mori a tomar tal decisão. Entre aqueles possíveis, BETRI considera que Mori havia se cansado das constantes e arbitrárias brigas entre os camponeses, bem como dos inúmeros constrangimentos decorrentes do cargo de caixa que ocupava. Outro ponto que com certeza influenciou sua decisão foi a saída de Rossi. GOSI indica as alterações do protecionismo aos grãos realizada em 1887, bem como o fato de **Cittadella** ter se constituído isoladamente como núcleo inovador em um contexto social e econômico imutável. De qualquer modo, o fim da experiência, segundo MÜELLER, ensinou a Rossi a pertinência de uma das questões centrais do anarquismo, segundo a qual uma mudança não pode ser feita de cima para baixo, de fora, mas deve ser construída pelos seus protagonistas.

3.1.6 Onde tem autoridade não tem liberdade: a Colônia Cecília e a utopia do comunismo anarquista

*À caminho companheiros de ânimo forte / não nos turbem mais a dor e a morte
à caminho companheiros formamos a união / e viva e viva a revolução
Te deixo Itália, terra de ladrões / com meus companheiros vou em exílio
e todos unidos a trabalhar / formaremos a colônia social*³⁷

O resultado obtido em **Cittadella** não desencorajou Rossi. Sem ter conseguido colocar em prática seu projeto de constituição de uma colônia agrícola socialista na Itália, o anarquista decidiu buscar a realização do seu ideal em outro local. Quanto mais a Itália e a Europa em geral mostravam-se refratárias às suas idéias, mais a América apresentava-se como o espaço possível.

O primeiro local para o qual Rossi pensou em ir foi a América do Norte. Não existia, porém, nenhuma ligação entre ele e a América. Qualquer que fosse o local onde se fosse dirigido, ele teria sido apenas um *laboratório* onde teria realizado a experiência. A Itália permanecia seu ponto de referência, de partida e retorno. No que se refere à escolha pelo Brasil, existem divergências entre a literatura consultada. Segundo MÜELLER, esta escolha foi devida à propaganda das facilidades oferecidas pelo governo brasileiro aos imigrantes, colocada em prática a partir da segunda metade do século XIX. Rossi fala inicialmente de uma ida para o Uruguai e não faz referência nos seus escritos sobre os motivos que o fizeram mudar seu destino. De qualquer modo, no Brasil do fim do século XIX, a escravidão havia seus dias contados e a necessidade de força de trabalho para as fazendas de café era um problema ao qual o governo brasileiro não podia restar indiferente. Sobre o fato de que a força de trabalho devia ser livre, todos concordavam. Faltavam porém os trabalhadores. Assim, da crise do sistema escravista e da impossibilidade de contar com a mão-de-obra nacional, emergiu a questão da imigração e da colonização: a solução devia ser buscada em outros locais. Um destes outros locais era a Itália, com quem o Brasil estabeleceu um acordo de emigração. Foi este o período em que os anarquistas italianos decidiram emigrar, para construir a utopia do comunismo anarquista.

³⁷ AMODEI, *La Colonia Cecília*. In *Quella sera a Milano era caldo ...* antologia della canzone anarchica in Italia 2, curato da BERMANI, C. Milano: I Dischi del Sole, Modena: Bravo Records, 1996.

No que se refere à partida para o Brasil existem divergências entre as fontes consultadas, muitas das quais, como destacado por MELLO NETO, são pouco fundamentadas cientificamente. O autor refere-se aos trabalhos de CHERCHIAI, SCHMIDT, STADLER DE SOUZA e MASINI que fazem menção a negociações realizadas nos últimos anos da Monarquia entre Rossi e o Imperador do Brasil D. Pedro II, para a instalação da sua colônia socialista. GOSI ao tratar destas versões considera-as romanceadas, principalmente porque os contatos datariam de 1888, ocasião em que a experiência de **Cittadella** tinha apenas iniciado, não existindo motivo para que Rossi procurasse, naquela ocasião, contatos tão distantes para realizar sua colônia, até porque naquele momento ela ainda acreditava ser possível transformar **Cittadella** em uma colônia socialista. Enfim, o próprio Rossi refere-se à sua decisão de partir para o Brasil apenas em 1889, a convite de Achille Dondelli, após o fim da experiência de **Cittadella**.

Depois de longos dias de viagem o pequeno grupo chega ao porto do Rio de Janeiro no dia 18 de março de 1890. Depois da inspeção sanitária dirigiram-se a Ilha das Flores-RJ, alojando-se temporariamente na Casa dos Imigrantes, onde permaneceram até o dia 26 de março, quando partiram a bordo do vapor Desterro com destino a Porto Alegre. Como durante a viagem dois do grupo sentiram-se muito mal com a viagem, o grupo decidiu concluir a viagem no Porto de Paranaguá, no Paraná, onde desembarcaram no dia 28 de março, dirigindo-se de trem para Curitiba, viagem feita em meio à Floresta Atlântica, que Rossi descreve com detalhe de modo a incentivar novos italianos a emigrarem.

Uma vez em Curitiba, os pioneiros dirigiram-se à *Inspetoria de Terras e Colonização*, onde o responsável mostrou-lhes as áreas destinadas à colonização e as glebas disponíveis. Diante da intenção de instalarem-se próximos de um rio navegável foi-lhes sugerido o território de S. Mateus, ao longo do rio Iguaçu, para onde o grupo se dirigiu. Ao longo do caminho, Rossi identificou na área rural de Palmeira dois tipos de práticas agrícolas, a dos *campos*, onde praticava-se a cultura de mandioca, e a do *bosque*, preferida pela população local, que normalmente era roçada, queimada e cultivada, normalmente por um ano, sendo depois abandonada.

Foi assim que, no início de abril de 1890, a utopia movia seus primeiros passos no caminho de sua realização. Nascia a **Colônia Cecilia**, sem programas nem planos de organização previamente estabelecidos: os anarquistas buscaram, experimentalmente, uma forma de convivência social que mais correspondesse às suas aspirações de justiça e liberdade.

Os primeiros meses foram para organizar a vida, a casa que ali encontraram e iniciar os primeiros cultivos agrícolas e organização das áreas para criação dos animais. Entre as despesas de alimentação e compra dos instrumentos agrícolas para tocar os trabalhos, rapidamente acabou a soma que eles tinham trazido consigo da Itália.

O trabalho a ser realizado era muito, sobretudo porque a maior parte dos pioneiros não era habituada a este tipo de atividade. Não se deram uma organização social, nem regulamentos nem chefes. Normalmente decidiam juntos sobre o trabalho a ser realizado, algumas vezes alguns decidiam sozinhos no que ocupar-se. As decisões mais importantes eram amplamente discutidas e votadas, as assembléias eram o espaço para esta troca de opiniões. Rossi lembra que não faltaram as disputas entre os membros, mas nada que levasse a qualquer coisa de sério.

No final de outubro de 1890, os colonos consideraram que alguém deveria voltar para a Itália para contar pessoalmente como andavam as coisas na **Cecilia**. Rossi foi o escolhido, embarcando para a Itália no fim de outubro e ali chegando no fim de novembro de 1890. Depois de um giro de propaganda em Pisa, Cecina, Livorno, La Spezia, Torino, Milano e Brescia, muitos passaram a se oferecer para ir até a colônia. De fevereiro a maio muitos grupos se seguiram, fazendo com que a colônia atingisse 150 integrantes em junho de 1891. Além dos colonos, **Cecilia** recebeu livros e jornais, ajuda e doações por parte do Museo Civico di Genova, do Orto Botanico di Pisa e da Fratellanza Artigiana di Firenze. Também a imprensa italiana ocupou-se da visita de Rossi, com notícias nem sempre verdadeiras. Além das viagens de propaganda, Rossi aproveitou a ocasião para preparar a quinta edição de seu livro, onde incluiu um capítulo sobre a colônia Cecília em um texto nitidamente propagandístico.

O que precisa ficar claro é que, no caso da Colônia **Cecilia** e da polêmica que instaurou-se no que se refere à sua realização, a questão central estava na

pertinência, ou não, de se realizar uma experiência anarquista para provar a viabilidade/possibilidade não só de sua realização, mas também de sua disseminação pelo mundo. Dada a impossibilidade de se definir o que viria a ser a sociedade anarquista, havia a necessidade, defendiam alguns militantes, de se partir para o experimentalismo, consolidado nas colônias experimentais.

Neste sentido, a sociedade anarquista somente seria construída através da experiência [...]. Para aqueles que defendem as colônias, porém, estas têm um significado próprio: o de experimentar e comprovar, independente do mundo real que o cerca, a possibilidade de uma vida anarquista e mais, de multiplicar esta vivência para que ela, conquistando adeptos, viesse a transformar o mundo em um mundo anarquista (MÜELLER, 1989, p. 165/166).

O objetivo principal de Rossi sempre foi provar a viabilidade da vida anarquista. Desde o início, sua intenção era a de realizar esta experiência na própria Itália, local onde o movimento anarquista conquistava cada vez mais adeptos. O primeiro passo dado neste sentido, como já mencionado, foi a publicação de um artigo no número 3 do jornal «Il Lavoro» defendendo o coletivismo como a forma de propriedade do futuro pelo que se pode

afirmar que até 1878 ele está vinculado aos anti-legalitários. Por outro lado, este é o ano da publicação de seu livro '*Un Comune Socialista*' (...), feita pelo grupo 'Circolo de Milano' («La Plebe»), nitidamente socialista e legalitarista, ou seja, defensor da formação de uma organização partidária participante das eleições parlamentares e com candidato próprio (...). [Para Rossi], seu projeto central e, diríamos mesmo vital, é o socialismo experimental. Buscando em todos os lados apoio para sua colônia socialista - leia-se anarquista - consegue para com ele mesmo, manter uma certa coerência. Em relação ao movimento anarquista, no entanto, (...) rompe com a necessária coerência entre meio e fim. Para os anarquistas os fins jamais justificariam os meios. Para Rossi o fim permanece sempre o mesmo, qual seja, provar que a sociedade anarquista é possível. Os meios serão definidos no decorrer do caminho (MÜELLER, 1989, p. 205/206).

É neste contexto que devemos entender a formação da Colônia Cecília em 1889, nas proximidades de Palmeira e Santa Bárbara, na então Província do Paraná, no Brasil.

Como apenas dito, após a ida de Rossi à Itália para propagandear a Colônia e conseguir mais doações, o número de integrantes da colônia cresceu rapidamente. Este crescimento rápido foi, ao mesmo tempo, desastroso para a mesma. Como a procura da liberdade era o único plano estabelecido, não havia como impedir que as pessoas ali ingressassem. E muitos dos que para lá se destinaram nada tinham em comum com o projeto de Rossi. Para estes, a colônia se colocava apenas como uma possibilidade de tornarem-se proprietários de terras, ou apenas de saírem da Itália. Outros ainda chegaram à Colônia por acaso, sem terem emigrado para ela. Os meios de existência eram insuficientes para todos: faltavam alimentos e a maior parte deles devia alojar-se com pouco conforto no barracão. Em todos esses casos, a vida em comum, o trabalho comunitário, a divisão do fruto do trabalho entre todos era, para muitos deles, inaceitável. De acordo com Rossi, “ficou claro o egoísmo de família, os parentes freqüentemente comiam enquanto os outros jejuavam” (ROSSI (Cardias), 1993, p. 25).

Em contrapartida, para aqueles que emigraram para realizarem uma experiência de vida anarquista, a colônia era o espaço da **liberdade**, da inexistência da autoridade ou de alguém que exercesse função de mando ou de organização. Tudo era discutido e votado, e as assembleias eram os locais para esta troca de opiniões. Cada um fazia aquilo que queria, dentro do que havia sido decidido pela assembleia.

Essa situação, porém, durou pouco. Aqueles que não se adaptavam a este tipo de vivência e que queriam construir no Brasil uma vida semelhante àquela que possuíam na Itália, ou ainda as famílias de camponeses sem terra brasileiras que foram infiltradas na colônia pelos coronéis e pela Igreja local com o intuito de desarticulá-la, logo começaram a querer "organizar" a colônia e a exercer "funções de mando". O choque entre os dois grupos foi inevitável, provocando o aumento do número de assembleias, sem que se conseguisse chegar a um consenso. A pressão vitoriosa foi no sentido da liberdade, mas os demais colonos - sete famílias - saíram da colônia levando "**seu**" gado e "**seus instrumentos de produção**" (MÜELLER).

Para os que ficaram, apesar do desfalque, ressurgia o espírito anarquista. A determinação dos jovens fez prosperar a experiência e a vontade com que se

dedicaram às atividades fez com que quatro famílias, que antes haviam abandonado a colônia, solicitassem o reingresso, sendo aceitas.

Para começar, é necessário produzir para satisfazer as necessidades básicas. Muito trabalho e muitas dificuldades: este é o cotidiano dos colonos. Como alternativa à complementação do trabalho na colônia (...) alguns colonos se revezam no trabalho nas estradas que o Estado constrói. Segundo Rossi, a organização de Cecília se propõe a ser comunista mas também, e principalmente, anarquista. Entre os colonos existe um extremo cuidado para que ninguém se destaque dentre os outros, para que não se institua nenhuma forma de representação ou delegação de direitos: todos e cada um representam a colônia, tanto para o "exterior" (...), quanto entre si. A hierarquia é recusada, mesmo que em sua representação verbal (MÜELLER, 1989, p. 275/276).

Em reação ao estéril e danoso formalismo do período precedente, o novo grupo decidiu ser absolutamente não organizado, não aceitando nenhum tipo de pacto.

Nenhum regulamento, nenhum horário, nenhum cargo social, nenhuma delegação de poderes, nenhuma norma fixa de vida ou de trabalho. A voz de qualquer um servia de despertador aos demais; as necessidades técnicas do trabalho, claras a todos, nos chamavam à obra, ora divididos, ora unidos; o apetite nos chamava às refeições, o sono ao repouso.

E conduziu-se uma existência esplendente de vitalidade, fremente de nervosismo [...] A nossa vida era cheia de alegria clamorosa e de um sistemático espírito de contradição que, no trabalho, nos fazia perder muito tempo em discussões intermináveis e à noite dava às nossas reuniões o caráter de clube revolucionário, razão pela qual o rumor das nossas conversas era sentido a um quilômetro de distância com a casa fechada (ROSSI (Cardias), 1993, p. 27/28)

Entusiasmado pelo trabalho de reorganização da colônia sobre bases realmente anarquistas, Rossi escreveu à sua família no segundo semestre de 1891 pedindo o envio de sementes e plantas para poder aumentar e diversificar a produção da **Cecília**. A solicitação era específica: cerejas gigantes, nozes, castanhas comuns e especiais, pêssegos de rápido amadurecimento, oliveiras, amendoins, uvas. O anarquista, assim, além de introduzir culturas que teriam mudado a paisagem local, contribuía também para a diversificação/melhoramento dos hábitos alimentares brasileiros.

Em novembro de 1891, **Cecilia** recebeu nove famílias de camponeses chegados em dois grupos. O primeiro, atraído pela expectativa de tornar-se proprietário de terras, permaneceu poucos dias. O segundo, ao contrário, decidiu permanecer e deu um grande impulso aos trabalhos agrícolas. Os colonos dividiram-se entre diversas atividades: a diversificação dos cultivos, a construção de um grande abrigo para as sementeiras, de um forno e de um poço, além do trabalho nas estradas coloniais, este último com o objetivo de assegurar a manutenção da comunidade na espera de novas colheitas.

Em 1892, ainda que com poucos integrantes³⁸, a colônia prosperou como nunca antes. Plantou-se e colheu-se feijão, milho, centeio, mandioca e batata, além da formação de pomares de laranja e outras frutíferas e dos parreirais. Em dezembro de 1892, **Cecília** fechou seu balanço com um ativo líquido de pouco mais de 7 milhões de réis, o equivalente a 9.360 francos³⁹.

Do inventário geral resultava que Cecília era composta àquela época por 64 habitantes e dispunha de uma farmácia, uma escola, uma biblioteca. A colônia, nesta segunda fase, se era, pois, notavelmente ampliada, ainda que tivesse atravessado um momento de impopularidade que a tinha feito perder muito «da antiga estima e simpatia que possuía»; motivo disto foram alguns furtos e delitos cometidos em Curitiba e no estado do Paraná por ex-habitantes da colônia, [...] logo presos. Além disso, como alguns anarquistas tinham tomado parte a uma tumultuada manifestação de colonos em Palmeira, se era difundida a notícia que os habitantes da Cecília fossem contínuos provocadores de desordem, tanto que o próprio governo italiano tinha recomendado ao governador do Paraná colocar a colônia sob vigilância (GOSI, 1977, p. 73).

Em 1893 os trabalhos continuaram em pleno ritmo: construiu-se outra cerca para prender o gado no pasto durante o dia; realizaram-se o tombamento das terras, plantações de inhame e a ampliação da horta; colheu-se feno, batata,

³⁸ GOSI, baseando-se em carta anônima publicada pelo jornal «La Révolte» de Paris em 17 de julho de 1892, informa que naquela época a colônia contava com trinta e nove integrantes, mas em outro momento de sua obra ela própria fala em números maiores.

³⁹ Em uma carta endereçada e publicada no jornal «La Révolte», CAPPELLARO informa que a colônia tinha uma área total de 200 ha, 28 dos quais cultivados como se segue: 15 com milho branco, 6 com batatas, 4 com feijão, 3 com horta. Todo o resto era ocupado por pasto e floresta. O gado era composto de 4 bois, 2 vacas, 2 cavalos e 14 porcos. Além disso, tinham também 50 galinhas.

feijão e fumo⁴⁰; construiu-se o laboratório para os tanoeiros; procedeu-se aos concertos dos carros e à reparação das estradas. Tudo isto sem disciplina nem organização do trabalho. E o mesmo valia também para a produção industrial, da qual Rossi cita o exemplo dos balaio para embalagem que eram vendidos em Palmeira, descrevendo toda a fase de produção através do método anarquista, onde cada um participava às diversas fases da produção de acordo com as próprias habilidades e possibilidades. Conclui com uma pergunta: “Qual é a força que faz mover assim harmoniosamente todos os elementos da produção? É o bom senso, que conhece as necessidades e o modo de satisfazê-las; em grau menor é o medo da crítica, que certamente golpearia os esquivos ao trabalho” (ROSSI (Cardias), 1993, p. 32)

Com relação às habitações, a comunidade, denominada por eles *Anarquia*, era constituída por vinte pequenas casas de madeira⁴¹, construídas ao longo de uma rua e ao redor de uma clareira. Os móveis constituíam-se de camas mais ou menos macias, cobertas e, em alguns casos, uma pequena mesa, bancos e banquinhos. Os vestidos eram ainda aqueles levados da Itália, todos cheios de remendos. Também as roupas de cama e banho eram insuficientes. Somente os calçados tinham uma situação melhor devido ao trabalho dos sapateiros da colônia.

A jornada de trabalho começava com o nascer do sol, um pouco antes ou um pouco depois, dependendo das pessoas e do trabalho a ser realizado⁴².

Depois de uma hora ou duas de trabalho matinal, aos poucos, em grupos, todos munidos de ótimo apetite, nos dirigíamos ao refeitório, onde tomávamos café com leite – um pouco fraco mas abundante – com polenta frita e com pão de centeio. Tornávamos ao trabalho [e] próximo ao meio-dia [...] outra visita ao refeitório para a sopa – também pouco saborosa mas abundante – e depois nos concedíamos duas horas de descanso, tempo de uma cesta e de

⁴⁰ MELLO NETO cita outra carta de Rossi solicitando aos seus irmãos sementes de tomate, castanha, amêndoa, abóbora, nectarina, fungos, cereja, figo e lentilha. Rossi descreve na ocasião os progressos alcançados pela Cecília, citando um belo pomar com 50 árvores de laranja em boa fase de crescimento, 150 amoreiras, 60 árvores de nozes, 500 pessegueiros, pereiras, macieiras e o vinhedo com 150 mil pés de uva.

⁴¹ Cada casa tinha seis metros de frente, quatro de fundos e três de altura. Algumas tinham pavimento de madeira, outras apenas de terra batida.

⁴² Nos períodos de intenso trabalho, o membro mais madrugador era encarregado de acordar os demais.

fumar um cigarro. Tornávamos ao trabalho até o por do sol, e o nosso jantar consistia-se em polenta e salada, com legumes, e algumas raras vezes com molho com carne de frango ou porco (Rossi (Cárdias), 1993, p. 32/33)

As bebidas alcoólicas não eram admitidas no interior da colônia seja por falta de dinheiro seja porque comprometiam o cérebro e a paz social.

A vida intelectual da colônia era limitada às “conversações durante o trabalho e as refeições, as reuniões noturnas, a leitura dos jornais socialistas e políticos ou de algum livro, a escola para as crianças aberta um tanto esporadicamente” (ROSSI (Cardias), 1993, p. 33). Absorvidos pelo trabalho produtivo, não conseguiram garantir as outras coisas que queriam, como escola para adultos, música, teatro, bailes, passatempos de vários tipos. Nem a ornamentação da comunidade foi possível organizar.

Com relação à vida moral, Rossi informa que para liberar-se de todos os preconceitos e desvios morais adquiridos pela sociedade burguesa seriam necessários ainda tanto tempo. E mesmo assim algumas mudanças tinham ocorrido, sendo a vida moral conduzida na colônia, na sua opinião, superior àquela do mundo burguês. A consciência de serem livres e iguais tinha dado-lhes uma maior franqueza, a vida em comum tinha ensinado-lhes a habituar-se às fraquezas próprias e àquelas dos demais, enquanto a solidariedade dos interesses tinha conduzido à aplicação prática do conceito de liberdade e a um maior respeito interpessoal.

No que se refere à divisão dos frutos do trabalho, em Cecília praticou-se o anarco-comunismo.

[...] Os produtos das atividades coletivas não foram nunca atribuídos de acordo com a capacidade produtiva individual, mas segundo as necessidades gerais; os alimentos mais simples e abundantes, todos pegaram até saciar-se; para aqueles mais saborosos e escassos foi feito um racionamento em partes iguais; as comidas e bebidas mais delicadas foram fornecidas aos doentes, em proporção aos meios que a comunidade possuía. O caixa social foi sempre aberto a todos, e apenas um abusou, saqueando-o. Finalmente todos sabíamos que, saindo da comunidade, não podíamos reclamar parte alguma de sua riqueza.

Resulta evidente, por isso, que a produção na Cecília não teve outro estímulo além do desejo de alcançar o bem-estar coletivo no qual o

nosso bem-estar particular estava contido. A atividade produtiva desenvolveu-se apesar e contra os egoísmos restritos, e especialmente contra o egoísmo doméstico [...]

E mesmo sem subsidio dos modernos instrumentos de produção, sem outro estímulo que o bom senso, apesar da incapacidade geral, foram realizados trabalhos de todo tipo (ROSSI (Cardias), 1993, p. 37/38)

Trabalhos cansativos, perigosos, intelectuais, industriais, domésticos, de utilidade imediata ou de longo prazo foram realizados na **Cecilia**, em grupos sob o controle recíproco, ou sozinhos e sem nenhum controle. Os habitantes da comunidade viveram sem leis nem regras, na mais completa liberdade.

Mas as dificuldades passaram a aumentar e, num ambiente de pobreza e privações, o espaço da liberdade ficava comprometido. Frente à fome e à miséria, o egoísmo se expressava em cada família que procurava o refeitório durante a noite para armazenar alimentos para si. Da apropriação do produto coletivo à defesa da propriedade individual a distância era muito pequena. Aos poucos a colônia foi sendo minada. Os únicos que ainda formavam a "verdadeira comunidade" eram os solteiros, alimentando-se coletivamente e morando no barracão.

Além disso, outro problema passou a torna-se cada vez mais agudo: as divergências entre os antigos membros de origem camponesa e aqueles de origem não-camponesa, que acabou culminando na imposição dos primeiros em relação aos últimos. Mais uma vez houve o aumento da realização das assembléias, sem que houvesse possibilidade de consenso. "A tensão entre os dois grupos leva à crise final: em abril de 1894, o ativo da colônia é comprado por uma das famílias do «partido camponês»⁴³. Os demais colonos se dispersam" (MÜELLER, 1989:279).

Mesmo com o fim da colônia, Rossi não admite seu fracasso. Para ele, o importante foi o que ela conseguiu provar enquanto durou. É nisto que reside o sucesso da experiência. Segundo Rossi, diante das dificuldades, os integrantes de Cecilia haviam decidido concluir a experiência por considerar-se satisfeitos dos resultados e convencidos de sua praticabilidade.

⁴³ Termo empregado por Rossi para designar os antigos membros de origem camponesa.

O fracasso da colônia não representa, necessariamente, o fracasso do projeto de Rossi. Uma utopia, à medida que é a expressão articulada de um desejo, não é compatível com a noção de fracasso: sua realização não está na continuidade, na longevidade do projeto quando e se vivido. O que realmente importa é que a pulsão do desejo de construir uma sociedade outra se mantenha viva (MÜELLER, 1989, p. 292).

Nas palavras de Rossi, Cecília

[...] não tinha acabado pelo fato de ser comunista ou menos ainda [...] anarquista. Tinha acabado porque era pobre; e era pobre «porque partiu pobre; e era pobre porque partiu com meios extremamente míseros, com gente inapta aos trabalhos agrícolas, porque sozinha em um mundo que era economicamente estranho a ela»⁴⁴.

«O entusiasmo inicial» – explicava – «não podia durar sempre e foi esfriando-se também entre os habitantes da colônia que, ainda que gozando da maior liberdade nas relações internas, sentiam falta de um mínimo de bem-estar material.

O nosso pequeno mundo anarquista era muito pequeno e, portanto, pobre para garantir o pão branco, a garrafa de vinho, o lugar no teatro, a cama macia, uma companheira para amar; contrariamente à retórica dos poetas, preferimos as rosas da escravidão aos espinhos da liberdade»⁴⁵ (GOSI, 1977, p. 78)

MÜELLER, ao analisar os motivos que levaram a colônia ao fim, considera os já mencionados por Rossi e destaca dois. De um lado, a falta de meios materiais à qual somava-se o isolamento da colônia⁴⁶, o que tornava difícil a convivência, mesmo para aqueles que possuíam um ideal para levar adiante, até porque, tal ideal pressupunha uma vida prazerosa. De outro, a grande diferença entre as pessoas que se dirigiram à colônia, muitas das quais sem qualquer ligação com o movimento anarquista e/ou com o projeto de Rossi. Além disso, chama a atenção para o fato de Rossi acreditar na possibilidade de constante mudança do ser humano. "Para ele, mudadas as condições

⁴⁴ ROSSI (Cardia), G. *Utopie und Experiment*. Zürich: Verlag A. Sanftleben. 1897 apud GOSI, 1977 p. 78. La lettera è datata "Taquary , Rio Grande do Sul, 10 gennaio 1896"

⁴⁵ *Idem ibidem*.

⁴⁶ Devido à forma de conduta da comunidade, a mesma foi sendo cada vez mais discriminada e marginalizada pelos coronéis e pela Igreja local, que faziam grandes discursos alertando para a "periculosidade" dos integrantes da Cecília.

externas e dadas as condições para que cada um pudesse se desenvolver, o ser humano gradual e naturalmente mudaria (...). O que ele não contava era com a resistência das pessoas à mudança" (MÜELLER, 1989:303).

Gostaríamos, por fim, de chamar a atenção para o fato de que Rossi, em nenhum momento, defendeu a igualdade em sua utopia. Para ele, esta não existia, porque os seres humanos são, naturalmente, desiguais: o que houve, sempre, foram **oportunidades iguais**, para que todos pudessem se desenvolver dentro de suas possibilidades. Este é o motivo pelo qual se primava pela liberdade. Somente gozando de total liberdade o homem seria capaz de desenvolver-se dentro das oportunidades que lhes eram oferecidas e, desta forma, construir a experiência de vida anarquista.

A liberdade também se fazia presente no que dizia respeito à distribuição dos frutos do trabalho no interior da Cecília: apesar das dificuldades que lhes foram impostas, todos tinham a mesma liberdade de acesso aos recursos por ela angariados, de modo que tivessem satisfeitas todas as suas necessidades⁴⁷. É bom que se ressalte ainda que esta forma de condução da Colônia o aproxima ainda mais das idéias defendidas por KROPOTKIN. Ao garantir aos integrantes da Colônia, ao mesmo tempo, a liberdade necessária para que pudessem desenvolver-se de acordo com suas possibilidades e, dentro dos limites que lhes foram impostos, os recursos mínimos exigidos para sua reprodução, Rossi colocava em prática o lema do anarco-comunismo **de cada um de acordo com as suas possibilidades e a cada um, de acordo com as suas necessidades**.

A colônia, ao dissolver-se, mostrou-lhe mais uma vez, tal qual em **Cittadella**, que a utopia - e as mudanças que ela acarreta na vida daqueles que se dispõem a realizá-la - deveriam ser construídas por todos. Caso contrário, ela não sobreviveria.

Respondendo às críticas que lhe foram feitas sobre a impraticabilidade da experiência, Rossi argumenta que as críticas feitas a **Cecilia** eram equivocadas porque partiam de objetivos que eles nunca haviam se colocado. Nas suas

⁴⁷ É bom lembrar que, dadas as dificuldades em que viviam, as necessidades acabavam reduzindo-se àquelas básicas, sobretudo relativas à alimentação.

palavras, “o nosso objetivo não foi a experimentação utópica de um ideal, mas o estudo experimental – e por quanto fosse possível rigorosamente científico – dos hábitos humanos em relação àqueles problemas” (ROSSI (Cardias), 1993, p. 36). Além disso, Rossi não concordava com as críticas de que o que acontece em pequena escala não acontece em grande e vice-versa. Para considerar-se válida uma experiência, segundo ele, bastaria realizá-la em um único homem, e em **Cecilia** isso foi feito em cerca de trezentas pessoas de diversas procedências sociais, graus de instrução, qualidades morais, atitudes técnicas ao trabalho, hábitos de vida, etc que, por um período mais ou menos longo, permaneceram na **Cecília**. Estava, pois, provada a viabilidade da vida em comunismo anarquista. Faltava realizar a revolução

3.2 Os COLETIVOS E A EXPERIÊNCIA ANARQUISTA DURANTE A GUERRA CIVIL ESPANHOLA

3.2.1 A Estrutura Agrária e a Agricultura Espanhola

Segundo Peirats, a Espanha tinha sido por muito tempo um país eminentemente agrícola. O uso intensivo do solo, a prática agrícola extensiva, a seca e as erosões, sobretudo no altiplano central, tinham reduzido muito a fertilidade natural do solo. O regime de propriedade, as guerras e o abandono da agricultura contribuíam à desertificação e a acelerar o processo de empobrecimento do solo. Para diminuir o impacto destas adversidades e reduzir o dano sentido individualmente existia, entre os camponeses espanhóis, uma tradição de exploração coletiva do solo que, porém, foi sendo gradualmente perdida em seguida devido às invasões e dominações estrangeiras e à formação dos latifúndios.

O início da reconquista não alterou estruturalmente as coisas: os nobres, o clero e os militares reservaram para si grandes extensões de terras que permaneceram desertas. Para estimular o repovoamento de alguns territórios foram concedidos aos trabalhadores alguns privilégios e garantias políticas expressas nas “cartas de povoamento”, que previam a fundação de novas aldeias e vilarejos ou o repovoamento daqueles anteriormente abandonados. Neste processo tiveram grande importância os municípios – os *foros* – que não

tardaram a conquistar o direito de representação nas *Cortes*, ao lado da nobreza e do clero. Mas a unidade política e legislativa, concretizada nas formações do Estado Nacional, marcou a retomada dos privilégios anteriores e a decadência destas instituições. O resultado foi que mais uma vez as terras foram deixadas sem produzir. Era comum que o latifundiário, que vivia de renda em Madrid, deixasse sua propriedade sob a responsabilidade de um administrador e agente político que, amparado pelas autoridades locais, recrutava trabalhadores e rendeiros para trabalhar nas terras, garantindo assim um número seguro de votos para si ou para o proprietário⁴⁸.

O problema fundamental da Espanha era, pois, como afirma Brenan, a questão agrária e a sua relação com a indústria. Apesar do predomínio da agricultura e da pecuária, o valor da maior parte das terras era baixo, devido à baixa fertilidade natural do solo e à falta de precipitações que tornavam difíceis a prática agrícola. Outro problema era a estrutura fundiária espanhola, caracterizada de um lado pelas pequenas propriedades do centro e norte e, de outro, pelos latifúndios do sul, explorados de modo capitalista com salários mantidos no limite da sobrevivência ou ainda oferecidos em arrendamento a preços muito elevados. Assim, com uma estrutura fundiária marcada, de um lado, por propriedades camponesas de dimensões reduzidas e, de outro, por latifúndios pouco explorados e pouco mecanizados, a Espanha se via forçada a importar a maior parte dos alimentos necessários para abastecer o seu mercado interno.

Nos séculos XVII e XVIII, o aumento da população ocasionou o aumento dos valores fundiários. As suas terras passaram a ser subdivididas e sublocadas a valores mais elevados, dando origem a uma nova classe de especuladores fundiários e, subordinada a esta, uma nova categoria de rendeiros, os *subforados*. A Igreja e os nobres tentaram resolver o problema introduzindo uma validade para os contratos de arrendamento, mas os *foreros* opuseram resistência a este processo. A longa disputa entre as partes, que durou mais de um século, acabou com a vitória destes últimos. Quando, mais tarde, as terras da Igreja foram colocadas à venda, foram os *foreiros* a adquirir a maior parte, tornando-se assim *foristas*. Tal fato teve uma repercussão direta na economia

⁴⁸ Esta prática era conhecida como caciquismo

local: a excessiva subdivisão das terras impedia o alcance da máxima produtividade. As propriedades, não raro, bastavam apenas para o sustento da família. Cada um vivia da própria produção e o único modo de conseguir um pouco de dinheiro era trabalhar na colheita do trigo em outras regiões. Em algumas regiões, como nas Astúrias, nas Províncias Bascas, na Castilha e na Catalunha a situação era um pouco melhor – as propriedades eram maiores, os arrendamentos mais baratos, os solos mais férteis – mas no geral a agricultura não era muito produtiva.

No final do século XVII imensas zonas tinham sido transformadas em desertos ocupados por animais, em especial ovelhas, e numerosos vilarejos e pequenas cidades tinham desaparecido. Segundo Brenan, tal crise tinha vários motivos, entre eles o aumento do comércio externo de lã – sobretudo com a introdução da ovelha africana merino – que tinha superado aquele da seda e “roubado” as terras anteriormente cultivadas com alimentos. Castilha saiu na frente e transformou seus campos em pastos, enquanto suas fábricas passaram a dedicar-se à tessitura da lã, dando fim a uma economia local complexa, baseada no equilíbrio entre uma agricultura e uma indústria altamente desenvolvidas.

Nos anos sucessivos o rebanho ovino continuou avançando sobre as terras agrícolas, levando a escassa população à beira da fome. Foram realizados muitos projetos para tentar resolver o problema, mas o Estado não possuía nem os recursos econômicos nem a autoridade necessária para torná-los operantes. Somente em 1766 é que o governo de Carlo III decidiu dar um novo impulso à agricultura, enfrentando o problema da inalienabilidade dos *mayorazgos* – latifúndios decorrentes do sistema de *morgadio* – e das terras arrendadas de propriedade das prefeituras⁴⁹.

Em 1771 foi elaborado o famoso *Expediente consultivo* [...]. O documento recomendava em particular os seguintes pontos:

⁴⁹ “As prefeituras possuíam na Espanha dois tipos de terras: os *bens de próprio*, destinados ao arrendamento, cuja receita era usada para pagar as despesas da municipalidade; e as *tierras comunes* ou *concejiles*, terras de uso público abertas a todos os habitantes do vilarejo e raramente arrendadas. [...] Mas a lei de 1 de maio de 1855 impôs a venda destas últimas e a soma obtida (depois das deduções realizadas pelos caciques e funcionários locais) destinada ao erário do Estado, sofrendo depois uma grande desvalorização” (Brenan, 1970, p. 108, nota 2). Tradução da autora.

conceder aos rendeiros garantias adequadas (valores de arrendamento fixos, proibição de sublocação e despejo); obrigar os grandes proprietários a arrendar as terras incultas; subdividir entre os vizinhos mais pobres os bens de próprio em parcelas inalienáveis; criar nas proximidades dos vilarejos lotes especiais de terrenos produtivos. Teve-se que esperar o advento da República em 1931 para que todas estas medidas [...] tivessem força de lei (Brenan, 1970, p. 108/109).

3.2.2 Rumo à Guerra Civil

Como já foi dito, o capitalismo espanhol teve, durante muito tempo, um caráter fundamentalmente agrário. O contínuo aumento dos investimentos fundiários e a união entre a burguesia urbana e a oligarquia rural acabou enfraquecendo as forças interessadas nas reformas. Além disso, o pouco poder da burguesia como classe revolucionária intensificou-se no período entre 1868 e 1873, culminando no caos da Primeira República. A última década do século XIX foi um período de depressão econômica que aumentou ainda mais o sofrimento dos trabalhadores, sobretudo aqueles rurais, aproximando-os ao movimento anarquista. Nos últimos anos antes da primeira guerra mundial, a crise foi sentida pela burguesia e, em seguida, pelo proletariado e pelos militares, dando origem a uma aliança entre eles com o objetivo de acabar com a corrupção do *caciquismo* na política espanhola. Mas as coisas não aconteceram como esperado e a crise de 1917 acabou consolidando a oligarquia fundiária no poder.

Em setembro de 1923 ocorreu um golpe de estado e a tomada do poder por parte do general Primo de Rivera, apoiado pelo exército, industriais e pela elite agrária, que colocou na clandestinidade o movimento anarquista e estreitou um pacto com a UGT – União Geral de Trabalhadores, ligada ao partido socialista – à qual concedeu o monopólio nas relações sindicais, dando início a uma série de obras públicas que modernizaram o capitalismo espanhol. Apesar disso, o general perdeu o consenso entre as classes que o apoiavam e acabou renunciando em 1930. Seu sucessor, Damasco Berenguer, não conseguiu levar ao poder uma monarquia constitucional e, nas eleições de 1931, os socialistas e republicanos conseguiram uma vitória maciça nas cidades,

enquanto os monarquistas ganharam nas áreas rurais, onde o poder dos chefes locais havia permanecido inalterado. A nova República, porém, teve que fazer as contas com um sul em intermitente estado de guerra social, fato que reduzia muito as possibilidades de reformas pacíficas.

De acordo com Preston, o advento da Segunda República – que marcou a passagem do poder político às mãos da esquerda moderada – constituiu-se em uma ameaça para os setores privilegiados, ao mesmo tempo em que acordou enormes expectativas entre aqueles mais humildes. Os poderes sociais e econômicos, porém, restaram nas mãos da oligarquia. Para sobreviver, a República deveria aumentar os salários e diminuir o desemprego, mas a depressão econômica impedia tal ação.

O melhor exemplo da difícil situação em que a República se encontrava era a questão agrária. Os anarquistas pediam a desapropriação das terras e a criação dos coletivos agrícolas, mas os republicanos não estavam dispostos a aceitar tal reivindicação. Os quatro decretos do Ministro do Trabalho tinham gerado algumas melhorias na situação dos trabalhadores rurais, mas isto ainda estava muito distante das expectativas. Seguiram-se uma série de manifestações e greves que foram reprimidas pela polícia. A lei de reforma agrária, do final de 1932, mudou muito pouco a situação: ela previa que as propriedades superiores a 56 acres (cerca de 22,5 ha) fossem divididas, sem fazer nenhuma menção a favor dos pequenos proprietários do Norte. Os latifundiários, por sua vez, usaram uma série de subterfúgios para declarar a real dimensão de suas terras.

No início de agosto de 1932 a tentativa falida de golpe de estado realizada pelo exército e pela extrema direita, a *Sanjurjada*, se de um lado deu força e prestígio ao governo, por outro revelou a grande hostilidade destas duas classes em relação à República. Enquanto as greves e manifestações populares acabavam sempre em violência, desestabilizando o governo, a direita se organizava na CEDA – Confederação Espanhola de Direitas Autônomas – um embrião do fascismo na Espanha. A nova organização insistia em retomar os círculos agrários nos confrontos com a República, ao mesmo tempo em que, ao enfatizar a autoridade, a pátria e a hierarquia, conquistava sempre mais simpatia da direita espanhola. Foi neste quadro que a Espanha foi

às urnas em novembro de 1933: uma esquerda dividida contra uma direita compacta. Venceu esta última, ávida por desfazer as reformas do biênio anterior. Mas, na primeira tentativa do governo de retornar as coisas como antes, a raiva popular explodiu.

No final de 1933 o desemprego na Espanha atingia taxas de 12%, chegando a 20% no Sul. A vitória da direita foi comemorada com redução de salários, demissões, aumento do preço dos aluguéis e o completo desrespeito das leis trabalhistas. Tudo isto desencadeou a indignação e a revolta popular, marcando o início de um período de intensos conflitos e de dura repressão a todas as manifestações dos trabalhadores organizados pela esquerda. Ao mesmo tempo, uma crise sempre mais aguda no interior do governo traduzia-se numa mudança contínua de ministros e na ruptura com relação às posições mais ou menos radicais sustentadas pela classe dirigente.

As eleições sucessivas, realizadas em fevereiro de 1936, desta vez foram ganhas pela esquerda da Frente Popular. Mas a direita não aceitou pacificamente a derrota, e decidiu que era hora de destruir a República. Também o exército passou a agir contra a República. No campo, a elite agrária e os empresários eram sempre mais hostis aos trabalhadores que, por sua vez, queriam ser ressarcidos da violência sindical realizada no período anterior. Em meio a tudo, impotente, o governo da Frente Popular, em nada representativo da coalizão que o havia levado à vitória.

O conflito era cada vez mais presente entre trabalhadores e empresários, ativistas de direita e de esquerda. A situação de caos instaurada difundia a idéia, em todos os níveis, que o exército tivesse o direito de intervir na política para defender a ordem social e a integridade territorial da Espanha. O golpe de estado aconteceu no dia 17 de julho de 1936, mas os conspiradores não haviam previsto que a insurreição teria se transformado numa longa guerra civil.

De acordo com Preston, nas localidades onde era forte a componente operária e onde a Polícia Civil e as Tropas de Choque permaneceram fiéis ao governo, os militares foram derrotados. A morte de Sanjurjo, logo no início da guerra, teve repercussões sobre o curso da guerra e a carreira de Franco, que logo tornou-se o principal homem entre os golpistas. Os diversos grupos que

concorriam entre si no interior da direita resolveram dar uma trégua e colaborar com o objetivo de criar um Estado corporativo autoritário, enfraquecer as organizações operárias e acabar com as instituições democráticas. Por outro lado, os republicanos tiveram que fazer as contas com uma série de problemas desconhecidos dos nacionalistas: a falta de unidade de intenções, as rivalidades políticas, a não lealdade das forças armadas e os numerosos casos de traição, sabotagem, negligência e deserção que contribuíam a desestabilizar a defesa da República. O vazio deixado pelas deserções militares foi logo preenchido pela formação espontânea de milicianos não treinados, mas restava ainda o problema da Polícia Civil e da Tropa de Choque.

O primeiro problema enfrentado pelos revolucionários foi o da distribuição dos gêneros alimentícios. Os alimentos eram arrecadados a partir dos atos de desapropriação, chamados *requisas*, os quais deram origem aos *Comitês de Abastos*, que concentravam em depósitos os produtos de comércios particulares. Foram eles a estabelecer as primeiras medidas de distribuição normal e de racionamento: os artigos mais valiosos, como o leite, a carne de frango e os ovos foram reservados aos hospitais e, para a sua distribuição, dava-se precedência às crianças, aos doentes, aos velhos e às mulheres grávidas. Os artigos racionados, mas não de primeira necessidade, eram distribuídos mediante a apresentação dos *bônus* com turno rotatório e, em alguns casos, mediante receita médica. Assim, antes da produção, organizou-se a distribuição.

No início colocou-se em prática um sistema de trocas livres com os produtores: os artigos industriais eram trocados por gêneros alimentícios levando em consideração somente as necessidades. O dinheiro não tinha mais nenhum valor e as *requisas* eram pagas com *bônus* que depois eram ressarcidos pelo Governo. Às requisições se seguiam as desapropriações dos edifícios e outros imóveis destinados aos sindicatos, aos comitês, aos vários organismos revolucionários ou ainda ao governo republicano. A coletivização dos centros de produção confiscados foi um ato espontâneo dos trabalhadores após uma greve geral. Eles constituíram comitês de empresas e, juntos com os técnicos especializados, encarregaram-se de garantir a produção e o funcionamento dos serviços na forma mais eficiente possível. Em algumas indústrias a

coletivização alcançou todo o ciclo produtivo, da fonte das matérias-primas até o produto final, sendo estas indústrias reunidas chamadas de *industrias socializadas*. No caso das indústrias dependentes do mercado externo, para a compra de matérias-primas ou para a comercialização, a coletivização foi mais difícil devido aos obstáculos postos principalmente pelos capitalistas estrangeiros.

As empresas que por diversas razões não podiam ser coletivizadas eram colocadas sob a vigilância do *Control Obrero*. A vigilância consistia no controle estritamente administrativo da empresa. Os comitês de controle, instalados em cada fábrica e ligados ao pessoal administrativo, podiam conhecer o valor real dos produtos no mercado de venda. Informavam-se sobre as demandas e as ofertas, o preço das matérias-primas e das transações correspondentes [...] do valor das máquinas e da força de trabalho, controlavam o ativo e o passivo dos balanços, vigiavam as [eventuais] fraudes fiscais e [...] sabotagens à revolução (Peirats, 1962, p. 38).

Nas cidades menores foram instituídos comitês locais da Frente Popular e de Saúde pública, verdadeiros governos em escala regional e provincial. Em Barcelona fecharam-se as casas de tolerância e os locais noturnos e os mendigos passaram a ficar sob a responsabilidade das organizações sindicais de assistência. Com exceção da Catedral, todas as demais igrejas foram queimadas. Os hotéis de luxo foram confiscados e as salas de jantar transformadas em refeitórios. Por todas as partes, escritas informavam que a empresa tinha sido “coletivizada pelo povo” ou que “pertencia à CNT” (Broué e Términe, 1980, p. 165). Os operários se apossaram de todas as empresas e também dos serviços públicos ou privados, e cada um deles sentia-se dono do próprio emprego. Mas as diferenças de salários entre as diversas categorias, assim como aquelas entre homens e mulheres persistiram, apesar dos princípios anarquistas igualitários.

O decreto de coletivização da Generalitat tornava obrigatória a coletivização em três casos: 1) em caso de abandono da empresa por parte do patrão ou de uma sua implicação em um ‘complô faccioso’, constatado por um tribunal popular; 2) para cada empresa com mais de cem trabalhadores assalariados; 3) para aquelas empresas onde uma assembléia geral mista (patrões e operários) solicitasse a coletivização’ (Vilar, 1988, p. 95).

Em Madrid, ao contrário, as coisas aconteceram diversamente e tudo continuou como antes, ou muito parecido. O erro dos revolucionários foi acreditar que o controle dos meios de produção era a revolução. Mas o avanço da armada da África de Franco e do exército do Norte de Mola os fez entender a necessidade de uma coordenação militar e econômica. Os movimentos populares revolucionários, ao entenderem que apenas uma guerra revolucionária poderia derrotar Franco, constituíram-se em um obstáculo à tarefa prioritária de criar um exército forte para vencer a guerra. No fundo, esta também era a opinião das autoridades republicanas que exitaram em armar os operários temendo que pudesse ser desencadeada a revolução proletária.

Apesar das divergências internas, os desenvolvimentos revolucionários da guerra nos seus primeiros dias não podem ser desconsiderados. Ainda que a orientação geral da CNT era a de unir as forças para derrotar um inimigo comum, deixando a revolução libertária para o momento seguinte, sob a pressão da base as diversas sessões ignoraram essas diretivas e permitiram a tomada do poder revolucionária, tendo início um amplo processo de coletivização que envolveu a indústria, o comércio e também os pequenos núcleos artesanais (Preston, 2000, p. 185). Em julho de 1936 foram os camponeses a realizar a reforma agrária, restando ao governo apenas sancionar a ocupação. Em poucas semanas tinham sido desapropriados e em grande parte coletivizados 5.692.202 ha, contra os 876.327 que a República havia distribuído nos cinco anos precedentes. Todavia, a ocupação das terras e das fábricas teve uma extensão diversa de acordo com os lugares.

Os coletivos eram muito diversos entre si seja nas modalidades institutivas, seja na condução. Nem todos eram controlados pela CNT. [...] Nem toda a terra desapropriada foi coletivizada e não na mesma medida em todas as regiões. [...] Em geral pode-se [...] afirmar que na zona republicana a coletivização foi mais intensa onde a CNT era mais forte (Preston, 2000, p. 186/187).

3.2.3 A Formação dos Coletivos Agrícolas

De acordo com Broué e Termine, a coletivização rural foi um dos argumentos mais controversos da história da guerra civil espanhola. Segundo os

anarquistas, ela foi o resultado de um forte incentivo à associação voluntária, proporcionado pela propaganda e pelos exemplos coletivistas dos grupos anarquistas. Para os comunistas e republicanos, os coletivos tinham sido impostos com a força e o terror pelos anarquistas.

Sob a direção dos anarquistas, o movimento de coletivização reun[iu] mais de três quartos das terras, quase exclusivamente em comunidades filiadas à CNT: eram mais de 450 que agrupavam cerca de 430.000 camponeses. [...] Os pequenos proprietários po[diam] teoricamente continuar a existir, sob a condição de cultivar sozinhos as próprias terras e de não utilizar mão-de-obra assalariada. O rebanho necessário ao consumo familiar res[tava] propriedade individual. A Federação Camponesa [fez] grandes esforços para organizar fazendas modelos, viveiros, escolas técnicas e rurais. [...] O fato mais singular da experiência libertária de Aragona foi a aplicação sistemática dos princípios e das teorias anarquistas sobre o dinheiro e os salários. O salário [era] um salário familiar uniforme: 25 pesetas por semana para um produtor isolado, 35 para um casal com um só trabalhador, 4 pesetas a mais para cada filho sob a responsabilidade dos pais. Mas não [existia] dinheiro em circulação, mas sim bônus – os *vales* – que podiam ser trocados por produtos nos negócios dos coletivos. O sistema funcion[ava]. A experiência, porém, [era] pouco conclusiva, já que os coletivos, para abastecerem-se de mercadorias no resto da Espanha, [deviam], querendo ou não, utilizar o dinheiro teoricamente desaparecido (Broué e Términe, 1980, p. 173).

Tinha sido decidida também a constituição de um fundo comum – na maior parte dos casos era composto pelo excedente da produção – em todos os coletivos, a ser usado para a troca de produtos com outras regiões ou coletivos, ou vendidos ao exterior. Segundo Dellacasa, os coletivos agrícolas eram mais de 1200 e englobavam mais de três milhões de camponeses. As principais regiões eram a Aragona, o Levante e a Nova Castilha, e um pouco menos numerosos, na Catalunha.

Os vários coletivos eram federados entre si, fato que completava a proposta dos anarquistas que, desde PROUDHON, defendiam a idéia da organização da sociedade libertária baseada em comunas autogestidas e federadas entre si⁵⁰. Entre os coletivos federados vigorava o princípio do *apoio mútuo*: os coletivos

em dificuldades econômicas eram ajudados por aqueles mais prósperos e, em alguns casos, foram instituídas as Caixas de Compensação para resolver estes problemas. As trocas entre os coletivos de uma mesma região ou aquelas entre coletivos de regiões diferentes eram controladas pela Federação e os úteis obtidos com a diferença de cambio eram utilizados a favor dos coletivos mais pobres.

O processo de formação dos coletivos era, segundo o autor, igual em todos os lugares. Após ter-se destituído ou substituído as autoridades locais com os comitês revolucionários, era convocada uma assembléia com todos os habitantes da área para decidir as linhas de ação a seguir. Um dos primeiros passos era realizar a colheita nos campos dos pequenos e dos grandes proprietários, e com este objetivo organizavam-se grupos para colher e armazenar o trigo destes últimos. O trigo era colocado sob o controle de um comitê local, para que pudesse ser usado por todos os habitantes seja para o próprio consumo, seja para trocá-lo por outros gêneros agrícolas ou produtos industrializados. Em seguida era necessário providenciar o cultivo das terras dos grandes proprietários, normalmente as mais extensas e férteis da região. Para decidir como fazê-lo convocava-se outra assembléia do vilarejo. A este ponto o coletivo estava constituído. O Comitê era o órgão regulador dos coletivos. Depois de ter sido providenciado o levantamento e a unificação das propriedades, passava-se a planejar as obras e a distribuir o trabalho entre os aderentes ao coletivo.

Era nomeado um delegado para a agricultura e para a pecuária, e diversos delegados para a distribuição, as trocas, os trabalhos públicos, a higiene, a educação e a defesa revolucionária. Então eram formados os grupos de trabalhadores. Estes grupos geralmente eram divididos pelo número de zonas em que tinha sido dividido o território municipal, de modo a incluir mais facilmente cada tipo de trabalho. Cada grupo de trabalhadores nomeava o seu delegado. Os delegados encontravam-se com os conselheiros da agricultura e da pecuária a cada dois dias, ou a cada semana, de modo a coordenar todas as diversas atividades (Dellacasa, 1973, p. 100).

⁵⁰ PROUDHON falava em comunas ou associações livres e federadas entre si como forma de organização da nova sociedade. A organização federativa devia ser um órgão de coordenação entre as unidades locais e não um órgão administrativo.

O trabalho coletivo começou, pois, espontaneamente. Logo foi possível o alcance, na agricultura e na indústria, de uma otimização do trabalho impossível de obter-se individualmente. Esta era verificada na utilização de sementes selecionadas, de maquinários e técnicas de produção modernas que tinham como resultado o aumento da produção e da produtividade. Além disso, os camponeses que pertenciam aos coletivos tinham à disposição um pequeno pedaço de terras para uso familiar, onde podiam cultivar o que desejassem e como desejassem, sempre para o auto-consumo.

Os coletivos possuíam um Regulamento que estabelecia algumas regras relativas à sua administração; à organização e as funções do comitê; as obrigações dos membros aderentes ao coletivo⁵¹; à forma de criação do rebanho; ao armazenamento dos produtos comestíveis e da colheita agrícola; à criação de cooperativas de consumo; ao aumento da produção; ao consumo dos produtos por parte dos membros do coletivo; à determinação dos dias de festa; ao uso do dinheiro – na maioria dos casos não circulante no interior do coletivo -; à eleição dos delegados de cada ramo de trabalho; à idade mínima e máxima para o trabalho e à atividade a ser realizada; aos direitos que cabiam àqueles que decidissem sair ou transferir-se do coletivo; à forma de tomada de decisões mais importantes relativas à sua condução e, enfim, à soberania e ao papel da Assembléia no interior do coletivo. Esta, vale salientar, tinha uma grande importância enquanto garantidora da manutenção da organização comunal e da realização das atividades no melhor dos modos.

Sempre de acordo com Dellacasa, com exceção das regiões especializadas na produção para a exportação, que não tinham a possibilidade de ceder os produtos locais em troca dos gêneros alimentícios dos quais necessitavam, as condições econômicas dos camponeses eram em geral melhoradas. Com relação ao consumo, foi aplicado o princípio anarquista *a cada um de acordo com as suas necessidades*

[...] em dois modos diversos: *sem dinheiro* em muitos vilarejos aragoneses, e com *moeda local* em outros, e na maioria dos «coletivos» instituídos em outras regiões. O salário familiar [era] pago

⁵¹ Os membros tinham a obrigação de entregar ao coletivo todos os seus bens, móveis e imóveis. A esta entrega era fornecido um recibo.

com este dinheiro, e vari[ava] de acordo com o número de membros de cada família. [Eram] as necessidades, e não somente a produção considerada no sentido estritamente econômico, que regu[lava] a medida dos salários ou aquela da distribuição dos produtos onde os salários não exis[tiam] (Dellacasa, 1973, p. 102).

Nos coletivos que haviam escolhido a forma *sem dinheiro*, era criado um livro de consumo igual e válido em todos os coletivos. O salário e o valor dos produtos tinham sido substituídos por um sistema de “pontos”. Cada trabalhador individual e cada família tinha o seu livro de consumo, onde eram marcados os pontos aos quais tinham direito naquela semana, os pontos dos produtos adquiridos e os pontos restantes. Deste modo cada um tinha o controle dos seus próprios gastos. Em alguns casos tinha sido determinado um racionamento dos produtos de pouca produção, enquanto que aqueles mais abundantes permaneciam de livre acesso. Depois, para fugir da *obrigatoriedade* do consumo que este sistema comportava, decidiu-se por dar também àqueles produtos um valor em pontos e de dar aos trabalhadores um total máximo de pontos de produtos de pouca produção a ser consumido durante a semana. Deste modo, cada trabalhador ou cada família regulava o consumo destes produtos e decidia livremente como consumir-lhes, de acordo com os gostos pessoais.

A produção era armazenada no armazém do coletivo – normalmente a antiga igreja – e, em seguida, o Comitê providenciava a distribuição dos produtos. Primeiro realizava-se a distribuição entre os membros do coletivo, de acordo com as suas necessidades, e depois a troca dos produtos excedentes entre a Federação, sempre sem o uso do dinheiro (Peirats). Além disso, segundo o autor, cada coletivo enviava ao fronte os produtos dos quais podia dispor, fato que muitas vezes implicava em uma sobrecarga de trabalho para mulheres e idosos já que a maioria dos jovens e dos homens encontrava-se lutando no fronte.

Em fevereiro de 1937, foi realizado um congresso em Aragona, ocasião em que foi criada a Federação Regional dos Coletivos (FRC),

[...] aprovando um Regulamento segundo o qual a FRC devia defender os interesses dos coletivistas, propagandear as vantagens da coletivização baseada no apoio mútuo, promover o

desenvolvimento técnico e a preparação técnica dos jovens, organizar as trocas, instituir um Caixa para garantir todas as eventualidades financeiras, elevar a cultura dos coletivistas. Os coletivos federados deviam fornecer à FRC estatísticas reais sobre a produção, consumo, força de trabalho, etc; criar uma moeda local, eliminando aquela nacional, contribuir ao Caixa da FRC, emprestar mão-de-obra excedente aos coletivos em que faltasse, etc (Dellacasa, 1973, p. 106).

Segundo Richards, outra tarefa da Federação foi aquela de procurar contrabalançar as adversidades naturais, fornecendo aos coletivos das zonas de solo pobre ou de baixa precipitação, as sementes, os animais e as máquinas necessárias para melhorar a produtividade do solo e a qualidade dos produtos cultivados. Leval (1983), a este propósito, recorda que, segundo uma determinação da Federação, cada coletivo devia criar seus projetos de desenvolvimento e melhoria da agricultura, deixando de lado uma parcela de terra a ser transformada em *estação agrícola experimental*, onde técnicos especializados realizariam pesquisas com o objetivo de melhorar a qualidade do rebanho e das variedades agrícolas cultivadas. A Federação Regional responsabilizava-se também pela distribuição dos produtos entre os coletivos. Além disso, ela deveria facilitar a transferência de camponeses de uma zona de excesso de força de trabalho a outra onde havia mais necessidade, além de colocar em uso comum os instrumentos de trabalho entre os coletivos.

Com relação aos camponeses que haviam decidido não aderir aos coletivos, Dellacasa informa que cada coletivo havia adotado uma conta-corrente especial e entregue bônus de consumo, de modo a garantir-lhes os produtos industriais ou os gêneros agrícolas de que tivessem necessidade. Nas zonas onde a propriedade individual havia prevalecido, formaram-se cooperativas de produção às quais os pequenos proprietários se associavam, mas via de regra a distribuição permanecia nas mãos de particulares. Vale salientar que aqueles que decidiam não pertencer a um coletivo podiam manter como propriedade individual apenas as terras que fossem capazes de cultivar com o uso da força de trabalho familiar, não sendo permitida a contratação de trabalhadores rurais. As propriedades dos fascistas e aquelas trabalhadas pelos rendeiros, porém, foram todas entregues ao usufruto dos sindicatos e dos coletivos.

3.2.4 Os Ensinaamentos da Guerra Civil Espanhola: sucessos e falências da coletivização

Ao tratar dos ensinamentos da guerra civil espanhola, Leval chama a atenção para alguns aspectos que valem a pena ser destacados: o caráter jurídico novo dos coletivos; a solidariedade existente entre os coletivos, estimulada/legitimada pela FRC; a constituição dos grupos de trabalho; as assembléias gerais com ampla participação e amplo poder de decisão; a otimização das indústrias, a melhoria no sistema de ensino; o aumento do número de coletivos; o reconhecimento dos direitos da mulher, ainda que não iguais aos dos homens; o aumento da policultura e da prática de reflorestamento; a maior seleção e multiplicação das espécies animais.

Apesar dos sucessos obtidos, os coletivos tiveram que enfrentar uma série de dificuldades. A mais importante foi a falta de fundos para que pudessem ser realizados investimentos em melhorias para a produção como a aquisição de maquinários agrícolas, sementes, etc, já que o governo de Madri negava toda solicitação de crédito apresentada.

Os coletivos foram ainda deixados em total autonomia e independência, fato que teve efeitos desastrosos sobre a agricultura: sem coordenação e sem investimento, eles acabaram por escolher as culturas agrícolas com base na disponibilidade de recursos, o que normalmente não correspondia às necessidades do mercado. Além destas dificuldades, os integrantes dos coletivos deviam enfrentar dificuldades internas: nem todos os camponeses eram anarquistas e menos ainda convictos da eficácia da coletivização. Ao contrário, muitos entraram a fazer parte dos coletivos por medo das represálias e não esperavam outra coisa que o fim da guerra com a vitória dos nacionalistas, para que tudo pudesse retornar como antes. Isto era outro fator importante: a insegurança sobre os destinos da guerra e o medo que os coletivos fossem destruídos de um momento para outro impedia a realização de melhorias mais significativas, sempre que estas fossem possíveis. Os golpes finais foram dados pelo governo que os destituiu. Com o fim da guerra e a vitória dos nacionalistas, terminou também a experiência dos coletivos espanhóis.